

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Escola de Comunicação - ECO



## **A representação da violência nos jornais impressos cariocas**

**Monografia de  
Graduação apresentada à  
Escola de Comunicação da  
Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como parte  
dos requisitos necessários à  
obtenção do título de  
bacharel em Comunicação  
Social (Jornalismo)**

**Orientador: Prof. Paulo Vaz**

Rio de Janeiro  
2006

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Escola de Comunicação - ECO

Agradecimentos: Primeiramente a Deus por proporcionar-me a oportunidade de me formar em uma Universidade de grande prestígio e qualidade como a UFRJ.

Agradeço também a Ele por ter me concedido nascer no ventre da melhor mãe e melhor amiga que pude ter nesta vida. Obrigada à minha mamãe, que infelizmente, não está mais aqui na Terra para me abraçar de felicidade neste momento, mas certamente está vibrando em algum lugar especial do Céu com esta conquista que também foi dela. A vida passa, mas o amor se eterniza.

Agradeço ao meu pai por ter me proporcionado uma formação de qualidade e por ter me dado orientações e apoio moral em todos os momentos que necessitei.

Por fim, agradeço a minha família em geral, meu irmão Marcelo, em especial minha Tia Márcia, e todos os familiares e amigos que me deram suporte e alegrias ao longo desta jornada.

Aluna: Flávia Cohen de Freitas  
DRE: 102053416  
9 ° Período

Rio de Janeiro  
2006

## **Resumo**

Este estudo pretende analisar a forma como a mídia retrata a violência urbana, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, ora exarcebando o sofrimento da classe média, ora desvalorizando o medo vivido pelos moradores das favelas. Analisaremos como algumas causas da violência carioca- proximidade entre bairros ricos e pobres e o poderio do tráfico de drogas - influenciaram no crescimento da criminalidade e no posicionamento que a mídia de todo o Brasil tem dado ao narrar e destacar os crimes do Rio. Mostraremos como a mídia alimenta a cultura do medo na população quando compara, por exemplo, a violência urbana a uma situação de guerra civil e como o leitor se coloca na posição de vítima de um problema em que ele também é responsável.

## **SUMÁRIO**

### ***1 – Introdução***

### ***2 – O que se entende por violência;***

2.1 – Tipos de violência: visíveis e invisíveis;

2.2– O crescimento da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro

### ***3 – A violência contada pela mídia***

3.1 – Pobreza, Mídia e Violência

3.2 – O lugar das favelas na mídia

### ***4 – O Rio vive uma guerra?***

4.1 – O Rio de Janeiro no noticiário policial;

4.2 - Rio carrega o estigma de “capital da violência”.

### ***5 – Análise da construção dos discursos da violência nos jornais impressos***

5.1 – Produção de sentido na cobertura policial carioca sob a perspectiva da Análise de Discursos;

5.2 - Análise de matérias policiais do Jornal O Globo e O Dia, quanto a diagramação, a narrativa e o conteúdo discutido nas coberturas.

### ***6 - Conclusão***

### ***7 – Referências Bibliográficas***

## INTRODUÇÃO

Se uma pesquisa de campo fosse feita hoje no Rio de Janeiro perguntando ao carioca se ele acredita viver em meio a uma guerra, não seria surpresa se a grande maioria das respostas fosse positiva. A simples pergunta aciona imediatamente em nosso inconsciente a sensação de uma realidade insegura e caótica do Rio, que a mídia tem ajudado a consolidar em nossas mentes e relações sociais. No entanto, se a pergunta fosse modificada provavelmente ouviríamos outra resposta. Que tal a seguinte indagação: Quantas vezes você viu balas riscarem o céu ou passar por cima de sua cabeça? Obviamente, um número ínfimo responderia que “sim, frequentemente”. Talvez a pergunta caiba para um cidadão iraquiano ou israelense que enfrenta realmente uma situação de guerra declarada no país. No entanto, o leitor carioca do jornal O GLOBO de maior circulação do país se deparou nas páginas da cobertura policial, entre os dias 8 e 14 de março, com o alarmante subtítulo “A GUERRA DO RIO”. A escolha da palavra “GUERRA” era uma alusão à intervenção do Exército na cidade para recuperar armas roubadas por traficantes, no dia 3 de março, do acervo do Estabelecimento Central de Transportes (ECT), no bairro de São Cristóvão. A necessidade da convocação do Exército nas ruas do Rio foi justificativa satisfatória encontrada pelo jornal para se declarar estado de guerra na cidade.

Atualmente é fácil encontrar comparações simplórias desse tipo em livros, ensaios, artigos e textos em geral que se propõem a analisar o tema da criminalidade do Rio de Janeiro. Vinculadas às interpretações da violência estão expressões como “à beira do abismo”, “caos”, “pesadelo”, “faroeste”, “campo de batalha”, “terror”, “banguê-banguê” e inúmeras outras que remetem ao universo beligerante. Durante a produção de textos o autor tem diversas opções ou modos de descrever ou representar uma idéia ou opinião. Um campo da Comunicação Social que interpreta e analisa as intenções e escolhas dos “modos de dizer” é a Análise de Discursos. O analista de discurso ao interpretar um texto não se prende à estrutura semântica do conteúdo daquele texto, mas também às referências de outros textos e contextos circundantes. No caso dos discursos da violência, o analista de discursos, Milton Pinto, esclarece que é possível visualizar na “textura” do texto algumas estratégias retóricas que a mídia emprega ao construir a representação da violência e que se enraízam na mente da maioria das pessoas. Com isso, a imagem de caos e descontrole urbanos torna-se algo normal e natural no inconsciente social da cidade.

O discurso tem sempre uma finalidade social previamente determinada e, no caso dos discursos jornalísticos, a finalidade social tem tom de convencimento. O valor jornalístico de uma notícia aumenta quanto mais gera impacto, emoção e excitação no leitor. Produzir um discurso é escolher palavras, expressões, símbolos, imagens que fazem parte de outros textos, contextos e universos semânticos. Nenhuma escolha de vocabulário é aleatória e, segundo Milton Pinto, “cada escolha é uma forma de atribuir sentido a domínios particulares da experiência”, ou seja, a escolha já alega uma interpretação dos fatos do mundo que o enunciador quer representar. O “menu” de acesso a esses vocabulários encontra-se no senso comum – “um repertório de frases feitas sobre todas as áreas de conhecimento, obtidas a partir de um já dito em textos anteriores que se tornou hegemônico ou por meio de generalizações ingênuas”. No último capítulo veremos através de exemplos de matérias sobre a violência, retirados de dois jornais de grande circulação da cidade, O GLOBO e O DIA, o uso recorrente de metáforas como “convulsão social”, “guerra”, “Estado Paralelo”, etc.

Antes de parecer que este estudo deseja negar a realidade violenta do país, as estatísticas não nos permitem esconder o crescimento da criminalidade no Brasil. Ao longo dos últimos 20 anos, a taxa de homicídio em 1980 passou de 11,7 por 100 mil habitantes para 28,5 em 2002, o que confere ao Brasil o título de um dos países mais violentos do mundo. Mas, então, por que precisou passar vinte anos para a sociedade atentar para essa matança? Acontece que as mortes atingiam majoritariamente pessoas das classes mais desfavorecidas, que, sem voz e poder, não tinham como protestar e cobrar proteção. Mas, a partir da década de 90, o crime desceu dos morros e invadiu sem piedade o asfalto, obrigando - por mal - diversos setores da sociedade a despertar para a gravidade do quadro. No Rio de Janeiro essa violência cresceu em consequência do fortalecimento do tráfico de drogas. É inegável que há insegurança em certas regiões da cidade do Rio. Agora cabe a pergunta: será que no país imenso e socialmente desigual, como o Brasil, só se encontram cenas de morte e perigo aos pés do Cristo Redentor? A realidade carioca está sendo contada pelos jornais como um grande filme de terror, com a diferença que o espectador teme os pesadelos ao dormir enquanto o leitor ao se manter acordado. Então, qual é o limite entre o sensacionalismo e a notícia?

Alguns estudiosos, especialistas e sociólogos vêm tentando encontrar razões que justifiquem a maior visibilidade da violência carioca na mídia. Uma delas é que a mentalidade da mídia carioca não acompanhou o esvaziamento da importância econômica, política e até mesmo cultural do Rio em relação a outras cidades brasileiras.

A imprensa carioca ainda vê o Rio como centro e caixa de ressonância do país, refletindo isso na abordagem de suas notícias, tanto para o bem quanto para o mal. Parece que a mídia quer manter o “status” de capital, centro dos acontecimentos, modelo de exemplos e costumes, mas sem ter ainda o real “cacife” para tal. Um outro argumento já bastante explorado por especialistas em violência urbana e segurança pública é a disposição geográfica bastante peculiar do Rio. As favelas – ocupações irregulares onde cidadãos de bem convivem com criminosos e contraventores – estão inseridas em bairros nobres e de classe média. Nestes bairros mora o leitor, que é vítima de roubos, seqüestros e homicídios e usa o jornal como instrumento de denúncia. Assim, o jornal traduz o sofrimento dessa classe média, tornando-a ‘vítima virtual’ de uma violência que acredita vir das favelas e das classes de baixa renda. Esse é o resumo da ópera trágica da realidade carioca que está sendo estampada diariamente nas primeiras páginas dos jornais. O perigo é que essa história de tanto ser contada pela mídia tornou-se verdade incontestável. Na grande maioria, as reportagens são parciais, pois ouvem mais as versões oficiais: ora do delegado, do comandante ou do policial. As notícias têm ordem de preferência, por exemplo, se no mesmo dia duas pessoas são atingidas por bala perdida. Se uma delas é famosa e tem influência ganha mais destaque que uma vítima anônima.

Além da hierarquização do sofrimento, a imensa maioria das notícias sobre violência aborda os termos ‘tráfico’ e ‘favela’, gerando uma paranóia na classe média de que todo o traficante é bandido e que toda favela é lugar de criminosos. E o noticiário é sempre o mesmo: a captura de traficantes, tiroteios que tumultuam o trânsito e atrapalham a volta dos motoristas para casa, ordem do tráfico para fechar as portas do comércio que acabam dificultando as vendas dos comerciantes e qualquer outra notícia que venha a atrapalhar o sossego e a paz da classe média. O enredo da história está pronto: o mocinho é a classe média e o vilão o traficante. A mídia define o tráfico como a grande responsável pela violência carioca. Mas o que não se lê ou ouve do discurso jornalístico é que o tráfico tornou-se uma grande empresa operada por uma lei de mercado lógica: se há venda é porque há consumo.

Então, queremos entender por que o Rio de Janeiro, oficialmente classificado como a quinta cidade mais violenta do país, ganhou o estigma de ‘capital da violência’? Analisaremos no quarto capítulo que o Rio de Janeiro possui condições peculiares que favoreceram o crescimento da violência na cidade. Mas veremos também que há pesquisas e estudos que comprovam que os jornais do Rio deixam de comparar a

situação da cidade com a de outros estados e não faz uma cobertura contextualizada. Além disso, os jornais brasileiros também dão destaque às notícias de crime do Rio em detrimento dos próprios fatos locais. E um outro dado relevante a ser estudado é que as matérias continuam altamente dependentes das fontes policiais, extremamente factual e com baixa presença de opiniões divergentes.

## **2 – *O que se entende por violência***

### **2.1 – Tipos de violência: visíveis e invisíveis;**

Ultimamente é comum observar na mídia a grande quantidade de matérias relacionadas ao registro de fatos violentos nas cidades, como assaltos a mão armada, roubos de objetos ou bens materiais, seqüestros, mortes por bala perdida, enfim, uma série de notícias sobre crime, descrita pelo professor Muniz Sodré como a ‘violência visível’ da cidade. Dependendo de como a notícia é conduzida essa espetacularização do fato fica mais evidente, como, por exemplo, o uso de estatísticas para comparar diferentes realidades, sem ao menos contextualizar ou justificar a causas de cada região, como exemplifica Sodré “dados recentes divulgados pela imprensa revelam que, a cada sábado, 100 brasileiros são assassinados (o dobro desse tipo de ocorrência registrado na Austrália durante todo um ano). A taxa de homicídios é quatro vezes mais alta do que a dos Estados Unidos, país tido como muito violento pelos padrões do Primeiro Mundo”<sup>1</sup>.

No entanto, Sodré alerta para a necessidade de diferenciar as diversas práticas de violência, que ele subdividiu em ‘violência visível’ ou “anômica” e ‘violência invisível’. A primeira é aquela na qual se reproduz um ato de violência gerando uma reação tão ou mais violenta por parte do agredido:

“Violência anômica, entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, e que pode eventualmente dar lugar à delinqüência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado. Inscreve-se neste campo o ato de violência, em que implicam os crimes de morte, os assaltos, os massacres e outras variantes. Ao contrário do estado de violência, o ato comporta resposta, entrando, portanto, na dimensão da luta, que integra a dinâmica de toda estruturação social”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Sodré, Muniz, 2006, p.14

<sup>2</sup> Sodré, Muniz, 2006, p.16

Já a violência invisível, segundo Sodré, não gera agressão física, mas é tão violenta quanto o ato em si. Esse tipo de prática pode receber outras denominações como “violência institucional ou estado de violência, isto é, uma condição contínua, estrutural e irremediável.”. Sodré facilita o entendimento sobre este segundo conceito de violência contando um caso verídico que ocorreu em uma localidade do interior de Pernambuco durante uma visita de membros da Secretaria de Saúde a um posto médico da região:

“Um cena típica do Brasil em sua modernidade do final do milênio: uma inspeção da Secretaria de Saúde do município de Bom Conselho (Pernambuco) verifica que no posto médico local não há álcool, nem gaze, nem medicamentos. Mas há uma antena parabólica. Em meio a miséria, numa situação de carência quase absoluta, captam-se as imagens televisivas de prosperidade não só do Centro-Sul brasileiro, núcleo modernizado de produtividade econômica, mas também eventualmente dos centros capitalistas mundiais”.<sup>3</sup>

Ou seja, este fenômeno é classificado como um estado de violência, pois “deriva de um fato de inércia sobre os indivíduos, imposto por uma ordem cosmopolita, que é a do Estado com seus aparelhos e articulações sociais”<sup>4</sup>. Pode ser também classificado como uma violência social, que, segundo Sodré, não pode ser combatida apenas através de um correto e democrático aparato legal,

“Reduzir a questão da violência social ao aperfeiçoamento técnico do aparelho judiciário é, evidentemente, uma superficialidade. De resto, a criminalidade e a violência urbana não são problemas exclusivos dos países terceiro-mundistas, já que se apresentam com características semelhantes em metrópoles, diferentes nos centros capitalistas mundiais, onde o sistema judiciário pode em princípio revelar-se mais bem organizado.”<sup>5</sup>

Sodré comenta que as instituições, com a cumplicidade da mídia, utilizam seus aparatos para vigiar a sociedade e mantê-la sob controle. Além disso, a intensa cobrança psíquica dos meios de comunicação para que os indivíduos realizem seus desejos a qualquer custo cria uma tensão e um despreço por valores morais, levando à intolerância e à violência como soluções imediatas dos problemas,

“tal modelo societal e tal modelização do espaço público pela mídia – capazes de manter os indivíduos

---

<sup>3</sup> Sodré, M, 2006, p.12

<sup>4</sup> Sodré, M, 2006, p.16

<sup>5</sup> Sodré, M, 2006, p.105

em suas aparências funcionais e passivas, embora apenas até o momento em que seus desejos individuais são contrariados pelo Outro – são cúmplices ambos de uma banalização continuada da violência, que levam à perda de sensibilidade coletiva no que diz respeito à violência destrutiva em suas diversas modalidades.”<sup>6</sup>

## **Capítulo 2.2 – O crescimento da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro**

Na evolução das cidades ibero-americanas a relação do Estado-sociedade foi conturbada e conflituosa. Na maioria delas a sociedade era regida e submetida, como afirma Maria Alice Rezende, a uma ordem institucional dita ‘superior’, “na América Ibérica o Estado seguiria fornecendo a realidade orgânica a que se somariam, secundariamente, os indivíduos, os quais, aliás, se reconhecem como parte submissa e passiva dessa “entidade coletiva”, dessa razão “superior”, que opera acima dos apetites particularistas nos trópicos”<sup>7</sup>

Na cidade do Rio de Janeiro desenvolveu-se historicamente, desde a República Velha em 1930, um ambiente singular da relação entre o mundo político do Estado e da população, que perpetua ainda nos dias atuais:

“A existência de uma rica cultura urbana combinada à emergência de diferentes mecanismos informais de articulação entre as classes mais pobres e o Estado favoreceram um sentimento de recusa ao mundo oficial da política que está na origem dos obstáculos à democratização da cidade”.<sup>8</sup>

Ou seja, entende-se que a cidade do Rio está dividida cultural e politicamente em dois mundos distintos, mas, ao mesmo tempo, interligados. A autora compara a evolução política urbana do Rio de Janeiro ao modelo francês, no qual a transição ao mundo moderno fez-se sob a divisão da sociedade em duas partes, cada qual regida por normas e valores próprios. A diferença é que, no caso francês, esclarece a autora, esta evolução se deu pelas vias revolucionárias, enquanto no brasileiro foi promovido pela elite. Desta forma, hoje a cidade carioca se vê dividida entre o ‘mundo do asfalto’ – moderno e capitalista – e os bolsões de miséria, representados pelas favelas e comunidades carentes.

No compasso do crescimento das cidades a população também crescia, chegando, segundo Maria Alice, a dobrar no final do século XIX, “uma população que

---

<sup>6</sup> Sodré, M, 2006, p.106

<sup>7</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.22

<sup>8</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.25

simplesmente dobrara entre 1872 e 1890, composta de comerciantes e burocratas, mas também de um sem-número de escravos de ganho e de trabalhadores”.

A origem e a proliferação das favelas foi incentivada pela omissão do Estado em abrigar os ex-combatentes de Canudos, na sua maioria “ex-escravos e imigrantes – que, segundo as estatísticas da época, chegavam a representar, em termos absolutos, cerca de 1/5 da população total da cidade”<sup>9</sup>. Depois, em 1902, com as reformas do então prefeito da cidade, Pereira Passos, a cidade se modernizou e expulsou para os morros e periferias os cidadãos de segunda classe”.<sup>10</sup>

Essa dualidade de cenários distintos numa mesma cidade ficou marcada quando o Rio ganhou o status de capital do país, conta Maria Alice: “polaridade que passava a ganhar cores mais dramáticas no início do século XX, quando a determinação política de tornar a capital da República um cartão de visitas da nova nação emergente precisou banir das suas ruas o espectro da desordem representada pelos mulatos e pelos cortiços”.<sup>11</sup>

Já em outras cidades do Brasil a imagem da evolução urbana foi desenhada de forma diferente pelos intelectuais e pela imprensa da época. Maria Alice cita, por exemplo, a sociedade paulista que conduziu os rumos do sistema político sob normas ditadas pelo mercado e pela produção industrial,

“O desenvolvimento industrial de São Paulo, o processo de trabalho no interior da unidade fabril, as greves, o movimento operário e sindical, a formação dos partidos políticos e, principalmente, dos partidos operários foram alguns dos tópicos alçados à “cidadania” pela atividade intelectual interessada em afirmar a vitalidade da sociedade, num contexto em que a “distensão” política impunha o tema da nova forma do Estado.”<sup>12</sup>

Essa representação de São Paulo produziu a idéia de que lá as classes subalternas tinham direito de se expressar de forma autônoma e independente, através de seus próprios organismos de defesa e representação política, enquanto no Rio a representação da imagem da cidade foi de uma sociedade inconformada, baderneira e desorganizada, tal como relata Maria Alice: “A insistência nos temas do espontaneísmo, da informalidade e do inconformismo como emanções da ‘essência’ do carioca.”<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> Carvalho, M.A.R, 1994. p.70

<sup>10</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.70

<sup>11</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.33

<sup>12</sup> Carvalho, M.A.R, 1994. p.28

<sup>13</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.29

A denominação ‘classes perigosas’ foi formulada e consagrada, segundo a autora, em grande parte pelo discurso da mídia, o que levou a sociedade a ter uma imagem depreciativa de certas maneiras de agir e ser do carioca, gerando, segundo ela: “os mitos da pobreza turbulenta e da incurável preguiça cariocas que retornam, incessantemente, na afirmação das versões estatistas de ordem pública e de paz social, corrente entre nós”.<sup>14</sup>

Maria Alice conta que a euforia e as expectativas que acompanhavam a idéia de progresso da era republicana eram desmistificadas e negadas por alguns intelectuais da época, como Lima Barreto, que teve coragem de contestar o sistema afirmando que “o presente celebrado não passava de uma fachada mal concebida, encobrindo a dissolução dos laços de solidariedade social e a própria desumanização da cidade”<sup>15</sup>

Além de Lima Barreto, a autora cita o escritor João do Rio como um outro crítico ferrenho dos aspectos reformuladores da modernidade. De acordo com a autora, a literatura teve no início dos tempos republicanos um papel fundamental para a construção de conceitos do Rio no imaginário coletivo,

“revelando a importância da literatura, naquele período, como um dos instrumentos principais, senão o principal, de criação de um consenso semântico e de um espaço público comunicativo que atravessava os salões, as confeitarias, as livrarias, os cafés e as redações de jornais, acomodando, precariamente, a apologia oficial do progresso e a crítica a decadência social e moral da “nova” cidade.<sup>16</sup>

No entanto, o início da era republicana que contemplava o passado e o futuro no mesmo espaço, prometido em forma de progresso, não incluía a todos. “O progresso, entre nós, como fachada, não convencia, não integrava, não incorporava as massas, não condicionaria, portanto, a experiência dos homens a uma nova ética social, de caráter universalista.”<sup>17</sup>

À chegada do Estado Novo, em 1937, muitos intelectuais foram cooptados pelo governo para trabalhar em agências culturais estadonovistas. Assim, surge uma nova teoria oficiosa e institucional sobre o progresso modernizador e cultural da sociedade, a fim de doutrinar e regular o pensamento das classes populares. “Uma intervenção

---

<sup>14</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.31

<sup>15</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.38

<sup>16</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.41

<sup>17</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.41

racional que domesticasse cognitiva e politicamente a Nação -, no mais eficiente exemplo local de produção de uma utopia de massas: o novo Brasil, o Estado Novo.”<sup>18</sup>

Entretanto, mesmo em um cenário repressor e censurado, alguns intelectuais que conseguiram sobreviver não fizeram o jogo institucional e mantiveram-se vocacionados a interpretar o mundo dos excluídos e marginalizados,

“Restaram alguns setores da intelectualidade carioca não cooptados pelo funcionalismo estatal e postos em disponibilidade pelas elites locais, os quais tentaram aproximar-se da cultura popular, notadamente daquelas manifestações mais esmagadas pela afirmação autoritária de uma civilização branca e cristã.”<sup>19</sup>

Foram estes intelectuais não cooptados que passaram a trazer para o conhecimento público, principalmente para as classes abastadas, as diversas formas de expressão da cultura popular praticadas nas favelas, subúrbios, campos de futebol, irmandades religiosas e rodas de samba.

Cultura esta que já nasceu de forma marginalizada e discriminada, ao mesmo tempo, que passa a ter um canal de comunicação e uma visibilidade maiores, ainda que de forma negativa, por toda a cidade. A exclusão submetida às classes mais pobres, relata Maria Alice, provocou a criação de uma cultura de indignação e recusa à noção de direitos universais, “a ausência de formas de integração dos segmentos muito pobres veio transformando o mundo popular, progressivamente, em uma região de acesso exclusivo à indignação jacobina em favor de um formato ‘direto’ de participação, de solidarização fragmentária e de atendimento personalizado as suas demandas”.<sup>20</sup>

A conseqüência do distanciamento do povo do seu ambiente político levou a uma sociedade rachada em duas castas antagônicas. Essa realidade, iniciada no período republicano, é denunciada por Maria Alice como uma das grandes causas da fomentação da violência nas cidades brasileiras,

“República em que as elites promoveram um imenso hiato entre a sociedade e o Estado ao desqualificarem a esfera pública como espaço de participação, o Brasil assiste hoje a irrupção de um “social” em estado bruto, cujas características são a apatia política, a descrença no futuro, a recusa a vínculos associativos e, por fim, a diluição da própria solidariedade social, generalizando-se o comportamento predatório.”<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.46

<sup>19</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.46

<sup>20</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.48

<sup>21</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.132

Ao invés da política ser um aliado do povo e uma espécie de promotor da justiça social, torna-se um instrumento indiferente e distante de sua realidade. A consequência disto é o isolamento, a fomentação da desordem e do descontrole nessas regiões,

“O fato é que a crença na capacidade de a política corrigir resultados de mercado vem perdendo força. O que, numa conjuntura recessiva como a nossa, fomenta as condições para que as grandes cidades brasileiras se transformem em celeiros da violência e em “campos de caça” para uma multidão sem amarras que já emergiu e permanecerá à tona, inclusive porque não tem mais para onde retornar.”<sup>22</sup>

### **3 – A violência contada pela mídia**

#### **3.1 – Pobreza, Mídia e Violência**

O fato é que apontar as causas da violência é uma tarefa menos complicada quanto solucioná-la. O crescimento da violência nas cidades surgiu acompanhado de diversos fatores. Uma das causas mais utilizadas para tentar se explicar o fenômeno da violência é o da pobreza. No entanto, há controvérsias que atestam que não há necessariamente uma relação direta entre pobreza e violência. O psicanalista Benilton Bezerra Júnior afirma que a exclusão econômica sozinha não explica a violência com a qual convivemos. Ele esclarece que esse tipo de associação já virou uma espécie de paradigma quando se tenta encontrar uma resposta para a origem da violência nas grandes cidades. Porém, ele ressalva que a explicação pela pobreza vai depender do contexto de sociedade em que a violência está inserida para gerar, de fato, um comportamento violento dos indivíduos:

“a pobreza só é fonte de violência na medida em que a riqueza econômica e o consumo de bens materiais se tornam valores hegemônicos, deixando todos os demais valores num plano secundário. Somente numa cultura que enaltece a posse de dinheiro e bens como expressão de sucesso, de uma vida digna de ser vivida, a pobreza tende a ser vivida como exprimindo o contrário. Num contexto como este, a pobreza não implica apenas uma restrição material, mas, sobretudo, uma restrição simbólica, e como tal precisa ser negada de qualquer forma, mesmo com o recurso à violência”<sup>23</sup>

O professor Muniz Sodré também contribui para esse esclarecimento ao afirmar que:

---

<sup>22</sup> Carvalho, M.A.R, 1994, p.132

<sup>23</sup> Feghali, J, Lemgruber, J,2006, p.45

“não é de fato a pobreza uma determinante mecânica dos ilegalismos, pois em primeiro plano aparece como indutora da própria ordem social, que transparece na militarização tecnologicizada da produção, no superpolicimento das populações pela classe militar, no desequilíbrio estrutural tanto na esfera ético-política como na do consumo, exarcebado no nível dos signos sociais e dos meios de comunicação.”<sup>24</sup>

Um exemplo claro da não-relação entre pobreza e violência, segundo Bezerra, é a situação de miséria do sertão brasileiro e suas conseqüências,

“o sertão é inóspito, árido e brutal, condenando a maioria de seus habitantes despossuídos a viver vidas miseráveis à margem de qualquer conforto material e mesmo de qualquer esperança, submetida ao arbítrio das autoridades e aos caprichos dos poderosos locais. Mas uma grande diferença logo se destaca. Não vemos no sertão menores abandonados, delinqüência juvenil, ou a violência banalizada e disseminada contra a propriedade ou o bem público que conhecemos nos grandes centros”.<sup>25</sup>

A explicação encontrada pelo psicanalista está na diferença de valores e significações que o sertanejo dá à vida material, o que vai determinar diretamente no tipo de comportamento – pacífico ou revoltado – que eles terão, porque o regime de significações, que organiza a vida social na cultura do sertão é fundado em valores diferentes daqueles que regem a vida em nossas metrópoles atuais.<sup>26</sup>

Ou seja, a violência não é pensada pela população como uma forma de resistência, já que há um respeito pela hierarquia de classes que essa sociedade está inserida, “A forte hierarquia que organiza a vida social no sertão sustenta um quadro de valores que se impõe aos indivíduos. Estão todos inseridos numa totalidade, são todos parte de um mesmo universo, cujo sentido geral não é posto em questão pela ação individual”<sup>27</sup> Um outro exemplo fora do Brasil ocorre na Índia, conta Bezerra, “país de enormes disparidades socioeconômicas, no qual marajás em seus castelos e párias habitando as ruas convivem sem que vejamos a explosão de violência urbana que aqui presenciamos”<sup>28</sup> Portanto, ele questiona, por que será que os párias não se revoltam?

---

<sup>24</sup> Sodré, M, 2006, p.103

<sup>25</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.46

<sup>26</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.46

<sup>27</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.46

<sup>28</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.47

Para ele a resposta está novamente na hierarquia de valores, “porque a sociedade indiana, embora adote os valores individualistas oficiais das repúblicas democráticas, é ainda, em sua face real, profundamente hierárquica. Nela é a desigualdade e não a igualdade o valor central. E o cimento que mantém esta estrutura em pé é a religião”.<sup>29</sup>

O karma é usado pela religião hindu para explicar o estado social de um indivíduo, ou seja, se ele veio a esta vida pobre é uma condição imposta por Deus e é o caminho também para se encontrar uma vida virtuosa para superar as marcas kármicas.

Dessa forma, Bezerra explica, que a violência no caso da sociedade indiana é usada de maneira invertida, já que é “facilmente acionada para defender os valores que sustentam esta hierarquia do que para confrontá-la (exemplo trágico disso são os assassinatos de jovens de castas diferentes que insistem em realizar uma união amorosa condenada pela tradição)”<sup>30</sup>.

Então, por que então esse tipo de ideologia não é aplicado à realidade dos centros urbanos brasileiros? Bezerra afirma primeiro que a “ideologia que organiza a vida social nas metrópoles é individualista e não hierárquica”<sup>31</sup>.

Na teoria todos os indivíduos são iguais perante a lei e possuem o mesmo direito e possibilidades em atingi-los. No entanto, na prática, a realidade é diferente. No caso brasileiro, Bezerra explica que essa distinção é gritante e ainda é mais acentuada porque nossa sociedade é regida pela mídia e alimentada pela cultura do consumo,

“Acontece no Brasil uma espécie de paradoxo no qual a imagem oficial e a imagem real da sociedade se desmentem uma à outra. Um dos resultados disso é que a situação de pobreza e exclusão vivida por milhões de brasileiros é inteiramente desprovida de sentido. Embora excluídos economicamente, eles se encontram submetidos aos mesmos valores que fazem do sucesso material individual a medida de uma vida vivida plenamente. Na cultura do consumo, estes excluídos se vêem diante de uma injunção para a qual não contam com muitas soluções, pois o horizonte social não acena com mudanças à vista”<sup>32</sup>.

É nesse cenário que a violência é utilizada como recurso de contestação e uma forma de obter reconhecimento social através da aquisição de bens que lhe conferem notoriedade,

---

<sup>29</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.47

<sup>30</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.48

<sup>31</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.48

<sup>32</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.48

“Quando a ideologia do individualismo e a cultura do consumo se mesclam num cenário no qual a política e os valores associados à ação coletiva, ao bem comum e à transformação social estão esvaziados e sem força no imaginário social, a violência aparece como recurso para o qual um número cada vez maior de indivíduos se volta, no intuito de se apropriar de algum modo de tudo aquilo que lhe é oferecido e negado ao mesmo tempo”<sup>33</sup>.

A busca incessante pela inclusão social, através da aquisição de bens simbólicos, faz com que pessoas de baixa renda, quando roubam, não o fazem apenas por uma questão de sobrevivência, mas também porque o bem simbólico será o seu passaporte para o reconhecimento na sociedade como indivíduo:

“O que importa não é tanto roubar um calçado, mas um tênis Nike ou Adidas. O que está em jogo é mais que a simples posse material de um bem. É o brilho fálico que distingue aquele bem, aquela marca e, por extensão, o seu possuidor, diante do olhar do outro. A violência aparece não tanto como efeito da pobreza econômica, mas como resultado de uma exclusão propriamente simbólica, da ausência de sentido imposto a uma existência, e ao valor excessivo, quase exclusivo, concedido à posse e exibição de certos ícones materiais como forma de obtenção de reconhecimento social”<sup>34</sup>.

O sociólogo Michel Misse complementa essa análise afirmando que, além da desigualdade material que perpetua a divisão de classes, há a desigualdade simbólica, a qual impede que a população pobre consiga adquirir os mesmos bens simbólicos que a classe rica,

“Nós não negamos aos nossos filhos que querem tênis “Nike” o direito de tê-los, se tiverem meios para compra-los. Mas por que aquele menino da favela não pode querer também um tênis “Nike”? Por que ele tem que comprar uma outra marca que não lhe agrada? O problema não é o menino da favela querer o tênis “Nike”, o problema é que ele tenha que roubar ou traficar para tê-lo”<sup>35</sup>.

E é justamente nessa sociedade capitalista de consumo que a mídia consegue cristalizar e perpetuar o desejo e a necessidade de consumo dos bens simbólicos, “esta exclusão é reforçada permanentemente pelo poder de imagens que os meios de comunicação despejam cotidianamente em praticamente todos os lares”<sup>36</sup>.

No caso do Brasil, o acesso a mídias convencionais - rádio e TV – está disseminado por todo o país, levando essas mensagens de valores consumistas para o

---

<sup>33</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.49

<sup>34</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.49

<sup>35</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.28

<sup>36</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.49

dia-a-dia de todos os tipos de pessoas, atingindo também aqueles que não terão condições financeiras de adquirir produtos e bens simbólicos que vão lhe alçar a um certo prestígio e reconhecimento na sociedade em que vive. Assim, estabelece nas mentes destes indivíduos um conflito entre o querer e o não poder querer:

“Boa parte da população brasileira vive, assim, uma experiência perturbadora: a de estar incluída no imaginário do consumo e do individualismo, ao mesmo tempo que se encontra efetivamente excluída das possibilidades de vir a realizar o que este imaginário a incita a fazer (...) o brasileiro pobre das grandes cidades não somente se vê afastado do acesso às riquezas materiais, mas também percebe sua condição como uma usurpação do lugar simbólico que lhe é oferecido com uma mão e retirado com a outra, pela sociedade em que vive”<sup>37</sup>.

Assim, as crianças já crescem sendo convocadas a fazerem parte do mundo do consumo. Não importam suas individualidades e convicções. O seu reconhecimento é feito pelo que ele tem ou pode oferecer e não pelo que ele é. Portanto, levemos essa análise para a cabeça de uma criança pobre e moradora de uma região abandonada e precária. Nestes locais há crianças que crescem vendo a morte como um fenômeno banal e perdem apreço à vida. São crianças com lares perturbados, problemáticos, com relações familiares tensas e instáveis e, por isso, tornam-se alvos potenciais do mercado da droga.

O sociólogo Luís Eduardo Soares fez um estudo profundo sobre as razões que levam as crianças hoje em dia a serem facilmente cooptadas pelo tráfico de drogas e chegou a uma conclusão intrigante, a de “que não enxergamos o ser humano que está por trás do fuzil”,

“o menino pobre e negro na sociedade brasileira é um menino invisível (...) ele é socialmente invisível, nós negligenciamos sua presença, somos indiferentes ou projetamos nele um preconceito, dissolvendo a singularidade que identifica uma pessoa como alguém especial, diferente. Ele passa a ser uma figura, um retrato ou espelho da sua intolerância”<sup>38</sup>.

Sodré traça um paralelo da realidade dos meninos das favelas brasileiras com a de crianças de outras cidades latinas,

“De um modo geral, entre o adolescente peruano, boliviano, colombiano que sonha enriquecer plantando ou traficando coca e o brasileiro que, numa favela dos grandes centros urbanos, pega em armas para traficar ou assaltar, são pequenas as diferenças. Neles vive fraca a aspiração

---

<sup>37</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.50

<sup>38</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.38

(tradicionalmente alimentada pela moralidade familiar) de profissionalizar-se legalmente, desgasta-se a credibilidade nas formas oficiais de integração social ou nos discursos de autoridade. Em algumas favelas do Rio de Janeiro, crianças entre 12 e 16 anos de idade esperam na fila a sua vez de tornar-se “soldados” do tráfico de entorpecentes”<sup>39</sup>.

### 3.2 – O lugar das favelas na mídia

As favelas ao longo do seu processo de formação e crescimento foram transformadas em grandes fortalezas de armamento, venda de drogas e esconderijo de criminosos, como analisa o professor Jairo da Costa Santiago,

“Esse território, serve ao mesmo tempo, como um local de venda e esconderijo dos traficantes, e por isso gera relações muito particulares, sendo que ao longo das últimas décadas, essas relações têm se tornado muito graves e ameaçadoras, possivelmente em face de algumas variáveis: o aumento da competitividade no mercado de drogas que acirra o enfrentamento entre quadrilhas, em razão de uma crise na fase de comercialização da droga; o fato da droga ter se tornado alvo de uma discussão político-estratégica, resultante de uma cruzada moral norte-americana, o fato da questão da segurança pública e o combate aos traficantes terem se tornado pauta obrigatória nas últimas campanhas políticas, nacionais, estaduais e municipais; além de questões como a corrupção e a dificuldade de se criarem mecanismos eficientes de combate a esse problema, principalmente quando esse encontra-se disseminado em vários níveis institucionais do país”<sup>40</sup>.

A ausência do Estado e a própria estruturação do espaço da favela e sua dinâmica facilitaram o estabelecimento do tráfico nessas regiões, como esclarece Santiago: “O espaço da favela como existe hoje, sem ruas largas, sem ônibus circulando, sem posto de saúde, sem a entrada livre do carteiro, do lixeiro, do homem da Light, do homem comum, sem o temor da chuva, sem o cansaço da ladeira íngreme e sem a pobreza aguda, ajusta-se de forma imediata à apropriação pelo tráfico”<sup>41</sup>.

Uma das conseqüências da falta de urbanização das favelas e do pequeno número de ações sociais promovido pela classe média e alta com relação à população pobre é que sempre haverá uma segregação espacial e afetiva entre os moradores das favelas e do asfalto, como verifica Santiago,

“pode-se pensar que esse modelo de moradia, representado pelas favelas, implica na manutenção dos espaços segregados, e por conseguinte, na distância e nos ódios

---

<sup>39</sup> Sodré, M, 2006, p.103

<sup>40</sup> Santiago, J.C, 2004, p.41

<sup>41</sup> Santiago, J.C, 2004, p.51

crescentes que marcam as relações entre os moradores do asfalto e da favela. Implica também na submissão dos moradores das favelas aos traficantes, embora essas relações sejam marcadas por uma profunda ambigüidade”<sup>42</sup>.

O fato é que essa relação fica sujeita à mediação dada pela mídia. Assim, a leitura que a mídia tem dado sobre as causas e efeitos da violência urbana é a simplificação do problema como uma questão apenas de aumento do efetivo da segurança pelo poder público, não revelando que o cerne de toda esta realidade está nas injustiças sociais, falta de emprego, renda e na dificuldade do acesso a serviços públicos de qualidade pela população mais necessitada,

“a percepção racional tecnicista da mídia sobre o tráfico tende a entendê-lo como uma questão de falta de eficiência do poder público, decorrente da ausência de uma vontade política, sendo a principal consequência é o crescimento e o recrudescimento da violência. Assim sendo, basta que haja uma vontade de se mudar a situação da segurança e que tudo se resolverá”<sup>43</sup>.

No artigo “Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário do crime”, o professor Paulo Vaz e seu grupo de pesquisa fizeram uma análise com matérias da editoria Rio do Jornal O GLOBO durante períodos dos anos 2001 e 2002 e constatou que a favela tem sido descrita pela mídia como um lugar de criminosos e seus moradores não ganham espaço nem voz nos meios de comunicação para também exporem seus sofrimentos e seus medos:

“a super-representação da favela como lugar de criminosos e a sub-representação como lugar de vítimas”(…) das 744 notícias coletadas, observamos um padrão no noticiário policial caracterizado por dois termos: tráfico e favela (...) “tráfico” aparece em 49,4% das matérias, a palavra “favela” está presente em 33,5% da amostra”<sup>44</sup>.

O que pode ser previamente concluído é que com esses números, de acordo com o artigo, “tais resultados trazem à tona, em primeiro lugar, uma percepção do tráfico e dos traficantes como os grandes causadores do crime na cidade. Em segundo, a percepção da favela como lugar destes criminosos”<sup>45</sup>.

A consequência da criminalização da favela é o seu isolamento, “uma classe média prudente – que, informada sobre os riscos que corre, evitará a proximidade da

---

<sup>42</sup> Santiago, J.C, 2004, p.51

<sup>43</sup> Santiago, J.C, 2004, p.65

<sup>44</sup> Vaz et alli, 2006, p.6

<sup>45</sup> Vaz, P, 2006, p.7

favela – o morro não aparece apenas como lugar perigoso, mas principalmente como lugar de onde os crimes provêm”<sup>46</sup>.

Um dado curioso levantado por Vaz e os pesquisadores é que diferente das associações simplórias que se faz da relação “tráfico e favela” e “crime e favela” na mídia, faz-se uma dissociação da relação entre “tráfico” e “drogas” nas matérias de jornais do Rio de Janeiro, apenas 40% das matérias com “tráfico” inclui “droga. Ele explica que a dissociação da relação “tráfico e droga” faz com que toda a sorte de crimes cometidos na cidade ‘assalto, tiroteio, falsa blitz e assassinato’ é vinculado ao tráfico. O efeito disso é que “se constrói a sinonímia entre traficante e bandido. Ao desvincular “tráfico” do comércio ilícito e lucrativo, desvincula-se também o comportamento do traficante das oportunidades ilícitas de ascensão social. Em outras palavras, este comportamento resultaria da monstruosidade dos seus autores”<sup>47</sup>.

Assim, é notório que nos noticiários sobre crime a favela é percebida, na maior parte das vezes, como lugar de criminoso ao invés de um local onde há pessoas inocentes que também sofrem e são vítimas do crime. “O resultado mais revelador desta categorização é que, sendo a favela, para o jornal, necessariamente o lugar do tráfico e, portanto, do crime, em apenas um terço das matérias ela apareça como lugar de criminoso e vítima e que em dois terços ela seja lugar só de criminoso”<sup>48</sup>.

“Uma outra evidência é que os crimes que ocorrem no interior das favelas são “subnoticiados, gerando uma desvalorização do sofrimento dessas vítimas. A tendência é tornar os leitores dos jornais vítimas virtuais de uma criminalidade proveniente das favelas”<sup>49</sup>.

Santiago critica a mídia por não ter acompanhado a evolução do tráfico e ainda vender a imagem de que aquele seria uma atividade criminosa liderada por algumas ações individuais – os traficantes – os quais agem por instintos abomináveis, bárbaros e irracionais, quando, na verdade, segundo ele, o tráfico já deixou de ser apenas uma atividade para se tornar uma empresa que obedece a regras de mercado e possui uma imbricada rede de negócios vultuosos. “Pensar assim, corrobora a tese de que o tráfico é resultado de uma iniciativa de minorias, que resistem ao processo civilizacional. Logo o

---

<sup>46</sup> Vaz, P, 2006, p.7

<sup>47</sup> Vaz, P, 2006, p.8

<sup>48</sup> Vaz, P, 2006, p.8

<sup>49</sup> Vaz, P, 2006, p.8

tráfico seria reflexo da barbárie que move certos tipos de homens e não uma relação de caráter econômico decorrente das contradições do capitalismo”<sup>50</sup>.

Essa prática da mídia em relacionar à imagem do traficante um ser irracional, bárbaro é um equívoco, segundo Santiago, pois a violência praticada por eles é muito antes um ato pensado, racional, do que apenas fruto de um devaneio ou descontrole mental. A violência é uma forma de contestação e resistência: “os traficantes utilizam da violência como uma forma de forçar negociações ou fazer valer seus interesses (...) A violência no tráfico não é vazia como se supõe, muito menos é um simples ato de barbárie pela barbárie”<sup>51</sup>.

Vaz concorda com esta análise, ao afirmar que:

“cada vez menos aqueles que cometem crimes são descritos como indivíduos cujas ações são condicionadas pelo contexto social: ao contrário, quase sempre são referidos como agentes genéricos – bandidos, criminosos, traficantes – e seus atos, ao invés de terem justificativas, são marcadas por um desrespeito pela vida humana que os torna ainda mais incompreensíveis e condenáveis”<sup>52</sup>.

#### **4.1 – O Rio de Janeiro no noticiário policial**

A problemática da violência está disseminada por todas as grandes cidades brasileiras. Algumas em menor grau enquanto outras em situações extremas. Mas, particularmente, na cidade do Rio de Janeiro, a violência ganhou, nos últimos anos, uma visibilidade maior, seja pela concentração da cobertura da mídia, seja pelo impacto que a cidade tem na imagem internacional do país e especialmente pelo gravíssimo quadro de tirania imposta às comunidades carentes pelo tráfico e seu armamento de guerra. A constatação de que a violência se generaliza em todas as regiões metropolitanas brasileiras não dilui a evidência de que é no Rio de Janeiro que o fenômeno se tornou mais explosivo.

A eclosão da violência urbana no Rio, segundo a autora Maria Alice Rezende, ultrapassa as explicações sobre a combinação de falta de cidadania por parte da população mais pobre e a omissão do Estado em seu papel de promotor do bem-estar coletivo. Segundo Maria Alice, a política clientelista e a sede do governo federal na cidade foram fatores primordiais para alimentar o descontrole social.

---

<sup>50</sup> Santiago, J.C, 2004, p.90

<sup>51</sup> Santiago, J.C, 2004, p.91

<sup>52</sup> Vaz, P, 2006, p.5

“A política, entre nós, tenha adquirido o formato perverso de uma arena privilegiada de agregação de interesses particularistas ou corporativos de diferentes setores desorganizados, incluídos os “pobres”, constituindo-se em peça fundamental da institucionalização da ordem, na medida em que qualificava como “clientes” da burocracia pública os que antes eram seres atomizados e à margem do Estado. E porque era a capital da República e dela se temia o potencial explosivo das “multidões agitadas” de que falara Campos Sales, o Rio de Janeiro foi o laboratório, por excelência, das ações públicas de corte social que, até os anos 70, viriam a consagrar um receituário nacional, segundo o qual, “integrar socialmente” era o principal antídoto contra a autonomia política dos “de baixo”<sup>53</sup>.

O senso comum aponta automaticamente a cidade do Rio como a mais violenta do Brasil. No entanto, a maioria da população desconhece as estatísticas, aferidas por instituições ligadas à área de segurança, que classificou o Rio na quinta posição do ranking nacional das cidades mais violentas. “Ainda há, no país, cidades mais violentas do que o Rio. Vitória, Porto Velho, Recife e São Paulo têm taxas de homicídio superiores ao Rio de Janeiro”<sup>54</sup>.

Mas para compreender o surgimento e a permanência desta imagem desfavorável do Rio, precisamos buscar razões sociológicas, geográficas e culturais que fizeram com que a sociedade e a mídia perpetuassem a sensação de medo e insegurança que o Rio de Janeiro atualmente provoca em seus habitantes e visitantes. Uma das razões que torna a violência do Rio mais visível aos olhos da sociedade, se deve pela particularidade da geografia da cidade. Santiago ao analisar a questão, comparou o modo como a violência é vista em outras cidades do país, como São Paulo e Brasília, e constatou que “o Rio de Janeiro, por sua vez, possui uma geografia urbana totalmente diversa de Brasília, a cidade planejada, e de São Paulo, pois as favelas se encontram em meio às áreas mais nobres da cidade, no caso a Zona Sul, e ao lado das grandes vias de acesso ao Centro”<sup>55</sup>.

Santiago avalia também que essa particularidade tem impacto direto na mídia, que passou a privilegiar as notícias que ocorrem dentro desse espaço urbano nobre, já que é justamente o local de moradia dos leitores,

“As ocorrências de violência urbana refletem nesses espaços de classe média e alta e chamam muito mais atenção da mídia, ganhando notoriedade dramática nas

---

<sup>53</sup> Carvalho, M.A.R,1994, p.17

<sup>54</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.62

<sup>55</sup> Santiago, J.C, 2004, p.52

páginas dos noticiários. As balas perdidas no Rio de Janeiro atingem pessoas importantes, o que não ocorre em São Paulo ou Brasília, onde as mesmas atingem pessoas com quase nenhuma expressividade social”<sup>56</sup>

Em virtude da rivalidade secular entre cariocas e paulistanos e a própria proximidade geográfica entre as cidades, faz-se na mídia e no senso comum uma comparação entre os índices de violência e segurança das duas regiões. Na maioria das pesquisas, os entrevistados mencionam sem titubear que o Rio é mais inseguro que São Paulo. Santiago sugere que “a sensação de que o Rio de Janeiro é uma cidade mais violenta que São Paulo se autonomiza em relação aos índices que medem a criminalidade” e cita uma frase dita pelo jornalista Jânio de Freitas que acusa a imprensa paulista como responsável por essa percepção equivocada da sociedade,

“A criminalidade em São Paulo, cidade e estado, não é menor do que a do Rio, mas o jornalismo paulista só lhe concede espaço se não puder mesmo evitá-lo –e, ainda assim, essa exceção à regra inconfessada é feita com o mínimo de visibilidade. No jornalismo carioca, explorar os assuntos ligados à criminalidade alcança o nível de vício, uma espécie de monomania útil, pela facilidade não encontrável em outros temas e por ser assunto com segura atração pública”<sup>57</sup>.

Já o professor Muniz Sodré opina que, devido os crimes em São Paulo ocorrerem na periferia da cidade, a mídia não tem tanto interesse em noticiar a violência desses lugares, mesmo quando ela é maior. “São Paulo não tem essa proximidade, a violência está na periferia. Tem assalto a banco no centro, mas o assalto é maior na periferia. E dificilmente nessa periferia paulista se atira na polícia ou no carro da polícia. No Rio morre muito policial e os carros de polícia estão sendo caçados”<sup>58</sup>.

Segundo o antropólogo Luiz Eduardo Soares, a proximidade entre os centros distribuidores de drogas e o mercado consumidor fez do Rio de Janeiro uma metrópole peculiar. O acesso fácil da classe média e da elite às drogas, a necessidade dos traficantes controlarem as favelas e a corrupção policial formam o tripé dessa realidade caótica do Rio. Para Soares, a geografia humana e social propiciou no Rio um convívio entre áreas muito pobres e áreas de elite ou camadas médias. Ele afirma que no Rio o mercado varejista da droga está próximo do consumidor, o que faz com que os

---

<sup>56</sup> Santiago, J.C, 2004. p.52

<sup>57</sup> Santiago, J.C, 2004, p.53

<sup>58</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.190

traficantes se armem para manter o monopólio e o domínio sobre seu território. “Conquista de território de traficante corresponde à conquista de mercado”<sup>59</sup>.

Com base na sua experiência de secretário de Segurança, Soares traça uma radiografia da economia da droga no Rio. “O tráfico se estabelece em lugares mais pobres, vulneráveis para sediar seu estoque e recrutar jovens pobres para o tráfico no varejo”<sup>60</sup>. No entanto, ele afirma que essa lógica de investimento a todo custo em armamento pesado produz uma série de conseqüências: o estoque de armas torna-se ocioso e passa a ser emprestado para outros crimes. Segundo ele, “o tráfico vira uma fonte que irriga as armas e amplia as práticas criminosas”<sup>61</sup>.

Além disso, Santiago aponta que o Rio serve também como um importante entreposto da droga para o mercado internacional, tornando a cidade um fiel na balança para o sucesso dessa empresa da droga: “Deve-se ainda considerar que o Rio de Janeiro, além de sua especificidade local, deve ser pensado como importante peça na engrenagem do tráfico internacional. Assim, a cidade funciona como elo de uma cadeia do tráfico internacional e como espaço de um, em tese, rentável varejo”<sup>62</sup>.

Há três antídotos que podem esboçar uma verdadeira política de segurança, segundo Soares: o primeiro passo é priorizar o trabalho da inteligência policial, trocando a política de repressão pela prevenção. O segundo é a velha receita de promover ações sociais. Por fim, a terceira ação, que já está em curso na atual política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, a operação chamada “Navalha na carne”, que visa combater a corrupção policial, mais conhecida como a banda podre da corporação.

E como fazer para combater essa cumplicidade destruidora se o maior causador – o usuário da droga – não denuncia o esquema? Ainda que tentemos cavar respostas, não podemos esquecer que o usuário é apenas uma peça do quebra-cabeça. Do outro lado estão os poderosos chefões, aqueles criminosos do colarinho branco e gravata impecável, que usam meios sórdidos e escusos de lavagem de dinheiro e métodos internacionais sofisticados para abastecer e perpetrar a economia da droga. Para completar este perverso conluio, há a corrupção policial que rasga o distintivo e torna-se cúmplice daquele que deveria perseguir. “Hoje é impossível falar em crime organizado no Brasil, mas em particular no Rio, sem pensar no elo policial”<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.33

<sup>60</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.33

<sup>61</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003. p.34

<sup>62</sup> Santiago, J.C, 2004, p.41

<sup>63</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.42

Alguns estudiosos da política de segurança avaliam que, a partir do momento em que a polícia ganhou o direito de julgar, aplicar a sentença e matar, liberou a corrupção e a violência policiais. O regime militar no Brasil, entre os anos 60 e 80, criou a cultura repressiva, segundo Alba Zaluar, pesquisadora e especialista do tema da violência urbana. Além desta mentalidade repressiva, a péssima formação e o recrutamento do policial, aliado às poucas e ineficientes políticas públicas de reciclagem e requalificação da corporação, deixaram a segurança pública na UTI e viraram pauta de urgência na política nacional.

Como uma solução para este quadro, Zaluar defende que se regionalizem as políticas de segurança. “Com políticas gerais não vamos resolver o problema, temos que pensar em coisas muito mais localizadas, a fim de sermos eficazes e termos uma política democrática, com uma relação diferente com a população”<sup>64</sup>.

Um outro desacerto político é a mudança das políticas de segurança ao sabor do calendário eleitoral. A cada quatro anos uma política diferente interrompe o trabalho do antecessor para implantar uma nova tentativa. Isso gera uma descontinuidade em uma área estratégica, onde o erro é fatal. Um dos motivos para essa particularidade brasileira, segundo Zaluar, é que há no governo um excesso de nomeações políticas e isso acaba gerando um choque de propostas e ideologias. “Temos 30 mil cargos de confiança só no governo federal. Nos EUA, que é um país muito maior, são cinco mil cargos”<sup>65</sup>.

Os meios de comunicação são peças-chave na construção dessa imagem de caos da cidade do Rio de Janeiro. Um exemplo é a glamourização feita pela mídia dos traficantes cariocas. Segundo Santiago, “são alçados a um *status* de deuses poderosos, quase onipotentes”<sup>66</sup>.

Essa glamourização começou na época do governo de Moreira Franco, em 1987, que se elegeu prometendo acabar com a violência em seis meses. Na época, os jornais alçaram à fama bandidos como Mão Branca e Escadinha. Naquela época, as matérias policiais tinham um ar romanceado e muita carga de sensacionalismo. E, desde então, todos os governantes passaram a fazer campanha política colocando o discurso do combate à violência como prioridade da suas futuras gestões.

Atualmente, a era eletrônica, segundo o professor Muniz Sodré, intensifica a glamourização do que é ilícito, contraventor, ilegal. O visual é mais apelativo.

---

<sup>64</sup> Zaluar, A, retirado de site

<sup>65</sup> Zaluar, A, retirado de site

<sup>66</sup> Santiago, J.C, 2004, p.35

“Vivemos um momento em que a influência da mídia sobre o social é mais afetiva do que racional. Afetiva quer dizer mais sensorial, mais estética do que as palavras. Só aparecer em foto no jornal ou na televisão já é uma glamourização”<sup>67</sup>. Dois outros aspectos importantes levaram à associação do Rio com a violência a cidade: o altíssimo grau de exposição da cidade no mercado internacional do turismo e a influência da antiga capital sobre os costumes da sociedade brasileira.

Quanto o poder de influência da mídia em causar sensação de insegurança ao narrar os fatos violentos da cidade, Santiago acredita que “a violência parece ter ganhado maior visibilidade nos limites de uma sociedade regida pela mídia.” No Rio de Janeiro essa visibilidade aumenta também devido aos próprios jornalistas que produzem as notícias serem parte do público o qual essas notícias são direcionadas: a classe média, aquela que se sente ameaçada, insegura e precisa de um canal e um espaço que verbalizem toda a sua aflição e medo diante desta realidade. “Essa sensação de medo e insegurança impregna o imaginário da classe média, extrato do qual sai a grande maioria dos elementos que escrevem na grande mídia, e que são atingidos pela violência urbana”<sup>68</sup>.

Assim o foco da cobertura sobre violência na cidade do Rio de Janeiro está sendo regida pelos efeitos que a violência tem provocado na vida das classes média e alta, ocorrendo assim um silêncio sobre o sofrimento da classe pobre. Ou seja, atualmente o repertório nas notícias de violência tem sido sempre o mesmo: a captura de traficantes, tiroteios que tumultuam o trânsito e atrapalham a volta dos motoristas para casa, ordem do tráfico para fechar as portas do comércio que acabam dificultando as vendas dos comerciantes e qualquer outra notícia que venha a atrapalhar o sossego e a paz da classe média,

“o que a mídia reivindica é a prisão imediata dos traficantes ou que aquela desordem desapareça. A reivindicação se pauta pela necessidade de ordem social, aparentemente tranqüila, na qual se mantenha sob controle os excessos e a ousadia dos criminosos. Uma reivindicação de que se o mal tiver que ocorrer que seja bem distante dos centros importantes e civilizados”<sup>69</sup>.

Um dos reflexos dos holofotes da mídia voltada apenas para o sofrimento da classe média é que as ações policiais acabam se concentrando nessas áreas nobres da

---

<sup>67</sup> Filho, A, Filho, F.A, 2003, p.190

<sup>68</sup> Santiago, J.C, 2004, p.53

<sup>69</sup> Santiago, J.C, 2004, p.71

cidade, deixando as regiões mais distantes do Centro, como a Baixada Fluminense e periferia do Rio, com um efetivo de segurança frágil e escasso. Isso leva a um ciclo vicioso, pois essas regiões não têm espaço na mídia e acabam não tendo atenção do poder público e uma vez abandonadas e esquecidas, proliferam-se a desordem, o crescimento do ilícito, da criminalidade e promiscuidade,

“A Zona do Sul do Rio de Janeiro e parte da Zona Oeste (Barra da Tijuca) são áreas vias de regra privilegiadas nessas operações, devido a grande visibilidade que alcança junto à mídia, além do fato de que seus moradores são detentores de um maior poder aquisitivo e de pressão sobre o poder público. As operações ou projetos de grande envergadura midiática começam por essas áreas e são anunciadas na mídia como grandes feitos em termos de segurança pública. A Baixada Fluminense e o Grande Rio consideradas como áreas mais violentas do que a Zona Sul, no entanto, recebem um quantitativo policial menor e não são alvos dessas grandes operações”<sup>70</sup>.

Portanto, Santiago conclui que atualmente numa sociedade essencialmente midiática a política de segurança do governo tem se resumido a discutir quantos efetivos policiais deverá remanejar para os locais onde a violência atinge as classes média e alta, deixando de aprofundar o tema em prol de uma séria e inteligente política nesta área: “portanto, o que de fato importa em uma política de segurança em tempos midiáticos é a violência que aparece e que causa constrangimento ao governo, ou seja, aquela que a mídia registra na primeira página”<sup>71</sup>.

Assim, entende-se que hoje a política de segurança é articulada para a proteção da classe favorecida e praticada muito mais no seu aspecto repressivo, a fim de responder os índices de criminalidade divulgados pela mídia do que uma política de segurança pública calcada na prevenção e na inteligência protegendo todos os cidadãos, independente de cor, raça, sexo ou condição social.

#### **4.2 - Rio carrega o estigma de “capital da violência”**

Conforme analisamos até o momento, por aspectos culturais e geográficos, a cidade do Rio de Janeiro foi estigmatizada como a cidade mais violenta do país, mesmo que contrariamente as estatísticas apontam quatro outras cidades brasileiras ainda mais violentas que o Rio. O fato é que usamos as nossas percepções e sensações para analisar

---

<sup>70</sup> Santiago, J.C, 2004, p.75

<sup>71</sup> Santiago, J.C, 2004, p.76

e julgar uma realidade, geralmente embasando nossas análises a partir de experiências mais próximas do nosso convívio. Quando passamos a ver constantemente as mesmas cenas, os mesmos fatos e as mesmas experiências, passamos a criar um juízo de valor sobre aquilo que já conhecemos, ou pelo menos, que achamos conhecer.

O sociólogo Ervin Goffman explica que é próprio da natureza humana pré-julgar e classificar em categorias pessoas, ambientes e atitudes que nos são estranhas, tanto para o bem quanto para o mal, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas”<sup>72</sup>.

Assim todo aquele indivíduo ou ambiente diferente do nosso “universo” passa a ser para nós um estranho e será naturalmente objeto de pré-julgamentos. Goffman aponta um início de conflito quando ao julgarmos esse objeto, com base em expectativas, criamos uma “identidade social virtual” que, na maioria das vezes, não corresponde aos atributos que na realidade o objeto possui, ou seja, a sua “identidade social real”.

No entanto, Goffman elucida que o perigo da categorização é quando ao descobrirmos um atributo diferente, principalmente quando este é desfavorável, como por exemplo, algum defeito de uma pessoa ou de um lugar, podemos acabar fazendo desse defeito a principal característica do objeto em questão, encobrindo as outras virtudes reais do objeto. Ele explica que, quando isso acontece, essa característica depreciativa sobreposta a todas as outras é chamada de estigma,

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Goffman, E, 1982, p.12

<sup>73</sup> Goffman, E, 1982, p.12

Essa discrepância entre percepção e realidade é vista com frequência nos discursos midiáticos sobre a violência no Brasil. A veiculação diária e em grande quantidade de matérias a respeito da violência, principalmente nos jornais cariocas, cria no imaginário coletivo a sensação de insegurança e de descontrole das autoridades frente ao problema. Segundo Michel Misse, sociólogo e estudioso do tema da Segurança Pública no Rio de Janeiro, a mídia é um dos maiores responsáveis não só pela descrição, mas também pela construção da violência urbana.

“Esse imaginário vem sendo reproduzido pela mídia, ele vende, ele tem apelo comercial, ele alimenta-se e alimenta a insegurança, o medo e o pânico, funcionando numa interação perversa com os fatores que eu citei antes para terminar produzindo esse espectro, esse sujeito difuso da “violência urbana”, com suas metáforas de guerra, suas vítimas intermináveis, suas assombrosas estatísticas de mortos e feridos. Esvaziam-se as ruas, esvaziam-se os restaurantes, contrai-se a circulação das pessoas na cidade, e dessa maneira, de forma talvez não-intencional, mas, de qualquer modo, perversa, produzem-se mais condições e facilidades para certos tipos de crime e para certos tipos de violência. A mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social”<sup>74</sup>.

No entanto, o sociólogo aponta algo mais sério do que o exagero da cobertura da violência na mídia quando lembra que a maioria das matérias a respeito do tema são superficiais e simplificadas, ou seja, muito factual e pouco contextualizada. São coberturas com grande poder sensacionalista e reforça o que ele classificou de apelo comercial da violência.

“Esse tipo de questão não pode, de modo algum, ser simplificado porque senão nós caímos no discurso da mídia, que é o de construir e aproveitar-se de cenários simplificados, geralmente, em torno de eventos isolados para generalizá-los e fazer a população crer que, efetivamente, esses eventos representam um conjunto da violência na cidade, quando isso não é verdade”<sup>75</sup>.

Acontece que de tanto ouvirmos, lermos e assistirmos aos noticiários sobre o crime e seus desdobramentos, acabamos naturalmente, segundo Misse, aguçando nossas percepções para captar o máximo de informações a respeito desse tema,

“Já vivemos situações piores aqui no Rio, e, talvez, a visibilidade e a preocupação não tenham chegado ao

---

<sup>74</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.25

<sup>75</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.30

ponto que chegou hoje. Isso decorre também da politização do tema na imprensa; isso decorre também da consciência aguda de que nós hoje temos de que a questão de segurança não é, exclusivamente, uma questão de polícia, é uma questão que decorre de fatores que também colocam em risco as instituições democráticas”<sup>76</sup>.

No livro *Cabeça de Porco*, que nasceu de uma longa pesquisa realizada pelo rapper MV Bill e o produtor musical Celso Atayde, sobre a vida de meninos recrutados pelo tráfico nas favelas de diversos estados brasileiros, fica evidente que a violência é um fenômeno disseminado em todo o país com causas e efeitos muito semelhantes, como relata Atayde depois de visitar uma favela da Paraíba:

“Chegamos à favela e vimos alguns jovens jogando futebol, ao lado de um conjunto residencial, ou melhor, palafitas. Não era possível que existisse tráfico ali. Era uma miséria, muita desnutrição, muita desgraça. Será que ali também haveria *crack* sem ser de bola? (...) Bastou escurecer e os moleques estavam lá, vendendo e consumindo aquelas desgraças igualzinho a todos os lugares avançados, igual a todas as melhores civilizações do planeta”<sup>77</sup>.

Mas, segundo Atayde, a semelhança que mais lhe chamou a atenção foi notar que muitos traficantes de favelas de outros estados agiam e usavam linguagens usadas pelos traficantes das favelas cariocas, como se a estrutura do tráfico de drogas do Rio servisse de modelo para o resto do país. Ele escreveu o seguinte relato visitando uma favela em Joinville (Santa Catarina):

“Quando começamos a filmar, percebi que eles usavam as mesmas expressões do Rio de Janeiro. Chamavam os inimigos de “alemão”, diziam-se do “Comando Vermelho”, seus inimigos eram nomeados “Terceiro Comando”, e muitas outras gírias totalmente cariocas eram empregadas. Eles reproduziam com precisão o dialeto das favelas cariocas (...) Quando começamos a andar na comunidade nos surpreendemos com a incrível semelhança com o Rio de Janeiro, que parece ter-se transformado em modelo da violência para os próprios bandidos. É como se a educação no crime se inspirasse na cópia do exemplo carioca, como o estilo carioca, as estratégias e táticas, o vocabulário e seu falso e mortal *glamour*”<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Feghali, J, Lemgruber, J, 2006, p.29

<sup>77</sup> Soares, L.E, Bill, M, Athayde, C, 2005, p.30

<sup>78</sup> Soares, L.E, Bill, M, Athayde, C, 2005, p.55

Que meios os traficantes de outros estados usam para ter acesso a informações sobre a estrutura e a organização do tráfico de drogas do Rio de Janeiro? Obviamente, pelos meios de comunicação. E principalmente pela televisão que aumenta o poder de influência na propagação da violência, na medida em que as TVs divulgam a notícia de forma superficial e não contextualizada:

“Ali eu vi claramente o quanto a televisão contribui e contribuiu para a nacionalização da criminalidade; como a televisão massifica e acaba estimulando as pessoas a fazer o que se estampa na tela. Não estou dizendo que aquele cara seja bandido por causa da TV, estou dizendo que a forma como as TVs divulgam as notícias acabam sendo a maior fonte de alimentação para esses jovens, que já têm tendências sociais a essas práticas a partir de seus desejos e de suas limitações. A TV consolida a informação e a posição deles. Pior que isso, as TVs não somente fazem as matérias de maneira equivocada – como também colaboram para a manutenção e ampliação do problema, ao desenvolver campanhas de propaganda que giram em torno da valorização de sexto, *status* e poder”<sup>79</sup>.

Analisando as notícias publicadas diariamente na editoria Rio dos principais jornais da cidade atualmente, é comum observar o uso constante do termo “guerra civil”. No entanto, Santiago esclarece que até hoje não se tem uma teoria que defina um estado típico de guerra civil e que possa justificar o uso do termo para designar o quadro de violência do Rio. Santiago cita Enzensberger de que “até hoje inexistente qualquer teoria útil sobre a guerra civil.”<sup>80</sup>. No entanto, o professor ainda tenta encontrar uma definição para a expressão: “Pode-se depreender que um sentido primeiro de guerra civil seja uma guerra interna, entre os nacionais, embora não envolva necessariamente todos os nacionais. A guerra civil se diferenciaria nesse ponto de uma guerra de Estado que se daria contra um inimigo externo e desconhecido”<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Soares, L.E, Bill, M, Athayde, C, 2005, p.55

<sup>80</sup> Santiago, J.C, 2004, p.84

<sup>81</sup> Santiago, J.C, 2004, p.86



O Jornal O GLOBO, no dia 9 de março de 2006, na Editoria Rio, como observamos acima, nomeou a série de reportagens sobre a ocupação militar na cidade do Rio naquela época, como a “A GUERRA DO RIO” (observe no alto da página).

Seguindo então o raciocínio do jornal, cabe a pergunta: qual seria a semelhança entre uma guerra civil e o confronto entre traficantes e a sociedade carioca que foi definido pelo jornal como guerra? Santiago observa que partindo do pressuposto de que uma guerra civil utiliza Exército e tem uma finalidade ideológica específica, fica difícil encontrar um ponto em comum entre eles já que “para pensar os traficantes como possibilidade de um exército regular encontra-se no fato de que essas tropas que controlam favelas e ameaçam as áreas vizinhas o fazem em nome do mercado e não em nome de um ideal político de longo prazo”<sup>82</sup>. Além disso, outro dado que também pode caracterizar um estado de guerra civil é o objetivo de controle do território, o que na visão de Santiago não parece ser a pretensão do tráfico em dominar a cidade do Rio de Janeiro: “Não se percebe no tráfico o objetivo político de controlar o território exterior à favela, qualquer motivação de derrubar o regime político liberal burguês, nem mesmo o governo federal”<sup>83</sup>. Dessa forma, Santiago afirma que “o encaminhamento da questão da violência pela mídia fortalece o entendimento de que de fato há uma guerra civil no Rio de Janeiro, mesmo quando os elementos que podem ser constituintes dessa condição não estejam plenamente presentes”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Santiago, J.C, 2004, p.86

<sup>83</sup> Santiago, J.C, 2004, p.87

<sup>84</sup> Santiago, J.C, 2004, p.89

Mas por que então ainda se faz presente a sensação de que vivemos uma guerra civil? Santiago diz que essa sensação é aguçada em razão “dos ataques do tráfico ao espaço urbano” e “de uma percepção, ainda que confusa, de que a violência está aumentando de forma vertiginosa, embora uma análise dos dados estatísticos não confirme isso”<sup>85</sup>. Além disso, a mídia, segundo ele, enaltece as ações policiais e a ousadia dos traficantes, “Finalmente há de se considerar que a mídia entende a existência de uma guerra civil no Rio de Janeiro, em razão de uma análise superficial dos efeitos dos ataques dos traficantes. Mas sob o ponto de vista teórico o termo não se aplica, pois o fenômeno dos ataques dos traficantes no Rio de Janeiro não reúne elementos suficientes que possam caracterizar uma guerra civil”<sup>86</sup>. Mas enquanto isso o termo “guerra civil” se sustenta e ganha legitimidade na mente das pessoas em razão “de uma cultura do medo que abarca toda a sociedade e que é alimentada pela mídia enquanto instituição, pela subjetividade dos jornalistas e pelas falas de diversos atores políticos e pelo interesse econômico empresarial dos conglomerados de mídia”<sup>87</sup>.

No artigo “Vítima Virtual e o medo do crime no Rio de Janeiro”, o professor Paulo Vaz com o apoio do seu grupo de pesquisa, comenta que os jornais do Rio exageram na cobertura da violência: “Os meios de comunicação no Rio de Janeiro constroem uma imagem muito assustadora da cidade”<sup>88</sup>. Há argumentos que defendem que a mudança da cobertura do crime no Rio se deva pelo crescimento da criminalidade e o medo ser tão presente na vida da cidade. No entanto, Vaz argumenta que mesmo que os crimes tenham aumentado ao longo dos anos, a tendência da mídia é exagerar na dose: “A ‘realidade’ não seria tão assustadora quanto quer a mídia e é esta distância entre representação e realidade o que causa o medo”<sup>89</sup>.

Porém é essa a imagem do Rio que está sendo vendida Brasil e mundo afora e como observa Vaz *et alli*, influencia na visão alarmista e assustadora que os turistas possuem da cidade: “Conversas com conhecidos de outras cidades indicam que quem só sabe do Rio através da mídia o teme mais do que quem nele mora”<sup>90</sup>.

---

<sup>85</sup> Santiago, J.C, 2004, p.90

<sup>86</sup> Santiago, J.C, 2004, p.92

<sup>87</sup> Santiago, J.C, 2004, p.92

<sup>88</sup> Vaz, P, 2006, p.5

<sup>89</sup> Vaz, P, 2006, p.11

<sup>90</sup> Vaz, P, 2006, p.11

## *Análise da construção dos discursos da violência nos jornais impressos*

### **5.1 – Produção de sentido da cobertura policial carioca nos jornais impressos, sob a perspectiva da Análise de Discursos;**

O professor José Milton Pinto, doutor em Análise de Discursos, explica que os discursos têm a função, no decorrer das práticas sociais, de construir, representar e transformar as representações que as pessoas fazem do mundo e de suas relações e posições que se colocam nos eventos comunicacionais. “Tem assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade”<sup>91</sup>.

O material de estudo para um analista de discurso, explica Pinto, é o texto e outros sistemas semióticos que sejam produtos culturais produzidos por eventos comunicacionais, tais como “anúncios publicitários, capas de periódicos, programas televisivos e de rádio, entrevistas médicas, entrevistas de emprego, textos jornalísticos, impressos, discursos políticos, cartilhas para prevenção de doenças, organização dos espaços de uma cidade, de repartições públicas, de empresas ou de nossas próprias casas, entre outros)”<sup>92</sup>.

Traduzindo: é como se o analista de discurso fosse um perito na interpretação de um texto. Sua função é extrair daquele texto o sentido que seu autor original quis transmitir, muitas vezes são sentidos e conceitos que estão escondidos no texto através de figuras de retórica e linguagem, metáforas, modos de dizer e outras técnicas de análise lingüística e semiológica que produz um discurso. “É na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar (...) O analista de discurso é uma espécie de detetive sociocultural”<sup>93</sup>. No entanto, Pinto ressalva que “a análise de discurso não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e porque o diz e mostra”<sup>94</sup>.

As análises que levam em conta a contextualização - estudada por Milton Pinto - afirmam que não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos e falas que produzimos ou proferimos: “Para a análise de discursos, todo o texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido que ele é

---

<sup>91</sup> Pinto, M.J, 1999, p.28

<sup>92</sup> Pinto, M.J, 1999, p.11

<sup>93</sup> Pinto, J.M, 1999, p.26

<sup>94</sup> Pinto, J.M, 1999, p.27

sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vinda de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”<sup>95</sup>.

No entanto, pode se supor que esta teoria se aplica aos textos da mídia, como aponta Santiago: “Parte-se, então, do pressuposto que a mídia funciona como espaço atravessado por diversas falas ou discursos, que emprestam sentido ao mundo, sendo assim um espaço de enunciação discursiva”<sup>96</sup>. De acordo com filólogo Mikhail Bakhtin muitos discursos utilizam o conceito de “dialogismo”, no qual “todo o texto se constrói por um debate com outros”. Mas nos textos da mídia há que se ter cuidado para não acreditarmos que as falas e citações de referência escolhidas para produzir tal texto isenta o autor do texto da responsabilidade pelo sentido que ele quis transmitir. É neste momento que a função do analista de discurso se faz necessária para explicar por que certos textos em um universo abrangente são escolhidos para serem citados e aludidos naquele texto produzido,

“cabe ao semiólogo analista de discursos formular hipóteses que expliquem por que, dentro do universo de todos os textos passíveis de citação, de maneira consciente ou inconsciente, pelos produtores de textos, em um determinado contexto social e histórico, imediato ou amplo, só alguns dentre eles, bem determinados, são citados recorrentemente, no texto produzido”<sup>97</sup>.

E como a mídia escolhe o que é notícia? Pinto esclarece que o emprego da palavra “escolha” não indica uma escolha totalmente livre e consciente por parte dos participantes, pois trata-se de uma seleção entre alternativas que é condicionada socialmente”<sup>98</sup>. E essa escolha leva em consideração a intensidade do efeito que ela vai causar no seu público receptor, já que como explica Pinto um texto bem sucedido só o será se for compreendido pelos receptores. “Para a análise de discursos como é entendida neste livro, não existem posições discursivas isoladas de uma proposta de recepção. O que, dito de outra forma, quer dizer que o lugar atribuído ao destinatário ou co-enunciador é também determinante do ideológico de um texto”<sup>99</sup>.

Mas Santiago avalia que a mídia, em muitas vezes, erra na seleção das informações que faz. “A mídia, por sua vez, embora se coloque no papel de falar em nome da sociedade e pela sociedade, se contradiz pela forma que seleciona os temas que

---

<sup>95</sup> Pinto, J.M, 1999, p.31

<sup>96</sup> Santiago, J.C, 2004, p.10

<sup>97</sup> Pinto, J.M, 1999, p.31

<sup>98</sup> Pinto, J.M, 1999, p.58

<sup>99</sup> Pinto, J.M, 1999, p.60

expõe. A necessidade de adequar conteúdos de acordo com os grupos a quem esses são apresentados implica em critérios específicos de seleção”<sup>100</sup>. Assim, sempre que estamos selecionando informações por razões várias, estamos também deixando outras informações de lado:

“Toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo das mensagens não é a única parte que significa. Quando dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos. Esse axioma, comum a todas as formas de comunicação, é particularmente relevante para a comunicação de massa não só pela ampla gama de assuntos que fica de fora como pelos interesses envolvidos na inclusão e na exclusão de conteúdos. A seletividade e o controle inerentes a todas as práticas de comunicação, ganham, assim, relevância especial nos processos de comunicação realizados pela indústria cultural e trazem consigo a questão da ideologia como questão central nas análises dos processos de decisão editorial. O que é comunicado e o que é suprimido depende de cada situação histórica específica”<sup>101</sup>.

Ainda que teoricamente os textos da mídia sejam produzidos e divulgados para representar um pensamento coletivo e não uma reflexão individual, sabemos que o processo de produção de um texto é uma prática subjetiva e por vezes individualista. “Uma distinção importante para se poder pensar a mídia enquanto narrativa é que essa (a mídia) tanto pode ser entendida como fala (ou discurso), quanto narrativa, por outras palavras, tanto pode ser uma fala individualizada como pode representar uma forma de se explicar ou entender o mundo”<sup>102</sup>.

Um dos argumentos defendidos pelos produtores de notícia é de que a objetividade e a responsabilidade social são os critérios que pautam os julgamentos dos jornalistas na hora selecionar as informações que se tornarão notícias,

“a mídia tenta, a partir de um ideal de objetividade, convencer que a escolha se dá levando em consideração os critérios de objetividade e relevância social. Entretanto, temas de relevância social, nem sempre são tratados e considerados assim pela mídia. Afinal o que está em jogo, nem sempre o fato em si e sua relevância para a sociedade e sim, o significado específico para determinados grupos de leitores”<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> Santiago, J.C, 2004, p.29

<sup>101</sup> MOTTA,apud, Santiago,J.C, 2004, p.29

<sup>102</sup> Santiago, J.C, 2004, p.12

<sup>103</sup> Santiago, J.C, 2004, p.30

No entanto, o mito da objetividade jornalística cai por terra quando se entende que, antes de se colocar o jornalismo como um prestador de serviço, ele faz parte de uma lógica empresarial e que obedece a regras de mercado. “O jornalismo não é apenas observador, ele é antes de tudo produtor de um show, empresário de um espetáculo. Se as notícias são mercadorias, é necessário promovê-las (...) Torna-se impossível, pois, retratá-las objetivamente”<sup>104</sup>.

Quanto à escolha das palavras que irá descrever a notícia, Pinto afirma que esta não é uma prática despropositada, inconsciente ou leviana, pelo contrário, obedecem a intenções predefinidas. Afinal, a escolha do vocabulário já alega uma interpretação dos fatos do mundo que o autor quer representar,

“A escolha das palavras com que vamos designar e descrever os objetos e pessoas que “povoam” o referente, universo de discurso ou mundo de que se fala num texto e, conseqüentemente das noções associadas a cada palavra (o seu significado) na cultura, não é trivial, nem apenas um exercício de adequação lógico-semântica ou de estética, como ingenuamente se poderia pensar. Diversas palavras e expressões concorrentes estão sempre disponíveis para serem escolhidas, e cada escolha é uma forma de se atribuir sentido a domínios particulares da experiência, assumindo-se, de modo consciente ou habitual, uma perspectiva teórica, científica, cultural e ideológica (uma interpretação) sobre tais domínios”<sup>105</sup>.

Pinto explica que há três mecanismos primordiais para a produção de um texto: primeiro o autor constrói “o referente ou universo de discurso ou mundo do qual seu texto fala (função de mostração), estabelece os vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor (função de interação) e distribui os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida (função de sedução)”<sup>106</sup>.

De acordo com o analista de discurso, os textos de jornal são “uma nova versão dos fatos, uma nova narrativa” e que será publicada no jornal em forma de notícia. No entanto, citando F. Lyotard, Pinto diz que “quem conta uma história não parte da referência, ele a produz por intermédio da sua narrativa”<sup>107</sup> e complementa que toda narrativa tem o objetivo de se tornar única, referência, “todo discurso é um simulacro interesseiro, produzido com o objetivo de se conseguir “dar a última palavra” na arena da comunicação, isto é, de ter reconhecidas pelos outros as representações, identidades e

---

<sup>104</sup> BUCCI, apud, Santiago, J.C, 2004, p.64

<sup>105</sup> Pinto, J.M, 2001, p.2

<sup>106</sup> Pinto, J.M, 1999, p.65

<sup>107</sup> Pinto, J.M, 1999, p.88

relações sociais construídas por seu intermédio”<sup>108</sup>. Um dado curioso notado por Pinto é que os jornais atualmente misturam a narrativa com um tom de conversação. “O discurso da notícia hoje, na maioria dos casos, mistura uma perspectiva narrativa preponderante com marcas de conversação”<sup>109</sup>. Porém, o professor cita o lingüista Norma Fairclough que identificou duas tensões presentes nos discursos da mídia: “A tensão entre informação e entretenimento e a tensão entre o público e o privado”<sup>110</sup>. Essas tensões, segundo Fairclough surgiu de uma tendência de “tratar os assuntos públicos numa linguagem cada vez mais “conversacionalizada” e mais “mercadificada”.

O professor Milton Pinto escreveu um artigo a respeito das estratégias retóricas que a mídia utiliza para construir a representação da violência. De acordo com ele, uma das evidências que se pode interpretar das notícias sobre a violência urbana nos jornais cariocas é que “os textos da mídia ligam a violência urbana contemporânea aos traficantes de drogas”<sup>111</sup>. Ele afirma que o usuário de drogas pode ser nomeado de diferentes formas como “viciado em drogas”, “consumidor de drogas” ou “dependente de drogas” onde “cada uma delas indica uma perspectiva diferente sobre este domínio da experiência”<sup>112</sup>. Ou seja, o uso da palavra “viciado” indica uma perspectiva ético-religiosa conotada negativamente. Já o termo “dependente” apresenta o usuário numa perspectiva médica, com um problema de saúde a ser tratado, enquanto “consumidor” remete para uma visão do tráfico de drogas como uma indústria de produtos em um mercado. Essa visão mercadológica do tráfico, reforçado pelo uso de palavras como “pontos de venda”, “gerentes”, é explicado pela antropóloga Alba Zaluar como “a influência da globalização no crime organizado nos anos 90, com as quadrilhas se estruturando como empresas e desenvolvendo complexas relações com o mundo legal dos negócios e instituições que deveriam combatê-lo”<sup>113</sup>.

Até agora falamos sobre os modos de produzir um texto. Mas e quanto ao modo de recepção do mesmo? Como a captação do sentido de um discurso é feita nas mentes dos receptores? Milton explica que para um texto ser compreendido pelo receptor este traz informações de outros conhecimentos e textos para captar o sentido do que está recebendo: “As interpretações que os receptores fazem dos textos sempre levam em conta elementos dos interdiscursos para suprir as lacunas que os textos apresentam,

---

<sup>108</sup> Pinto, J.M, 1999, p.88

<sup>109</sup> Pinto, J.M, 1999, p.97

<sup>110</sup> Pinto, J.M, 1999, p.98

<sup>111</sup> Pinto, J.M, 2001, p.2

<sup>112</sup> Pinto, J.M, 2001, p.2

<sup>113</sup> ZALLUAR, apud, Pinto, J.M, ano, p.3

ligando entre si as frases e partes do texto e relacionando-os a um universo de discurso coerente ou “mundo”<sup>114</sup>. E é através dos discursos inteligíveis por todos que denominamos esse universo como o senso-comum. “Estes elementos originam-se do que chamamos de ‘senso-comum’, um repertório de frases feitas sobre todas as áreas do conhecimento, obtidas a partir de uma já dito em textos anteriores que se tornou hegemônico, ou por meio de generalizações ingênuas que utilizaram amplamente sinédoques e antonomásias”<sup>115</sup>.

Além destas figuras de linguagem há um outro recurso lingüístico muito comum não só em textos, mas nas próprias conversas cotidianas, que é a metáfora. No aspecto das notícias sobre a violência urbana Milton analisa que três metáforas estão quase sempre presentes nas matérias jornalísticas: a da “doença social”, a da “guerra e a do “Estado Paralelo”,

“As doenças evocadas para descrever os problemas sociais que causam a violência ou são causadas por ela, são o ‘câncer’ e o ‘cancro’. O câncer é uma doença quase sempre mortal, que de regra geral necessita de uma ação violenta de extirpação cirúrgica do tumor e dos órgãos em que se aloja, o que justifica ideologicamente a violência repressora de autoridades e sua aceitação pelas pessoas. A forma cancro, derivada de câncer, se aplica mais a certas doenças venéreas, que para muitos ainda não perderam sua aura de ‘coisa suja’, ‘praga’, ‘castigo divino’ e seu emprego parece se destinar a provocar repulsa nas pessoas. A metáfora de ‘doença social’ ligada à violência aparece pouco hoje em dia na mídia, que em sua quase totalidade, no Brasil e em outros países, vem de preferência evocando as metáforas da ‘guerra’ e do ‘Estado Paralelo’<sup>116</sup>.

Milton Pinto explica que o uso da palavra ‘Estado-paralelo’ para se referir a organização criminosa é forçada e indevida, pois segundo ele, “a palavra ‘Estado’ escrita em maiúscula remete a noção teórica de ‘organização político-administrativa’ de um país. O jornal dá a entender que o tráfico de drogas é um Estado em beligerância contra o Estado Nacional, numa hipérbole tendenciosa e certamente alarmista e sensacionalista”<sup>117</sup>.

O que vêm acontecendo nas matérias sobre violência presente nos jornais é uma abordagem superficial do problema da violência, resumindo o fato apenas em dois

---

<sup>114</sup> Pinto, J.M, ano, p.4

<sup>115</sup> Pinto, J.M, ano, p.4

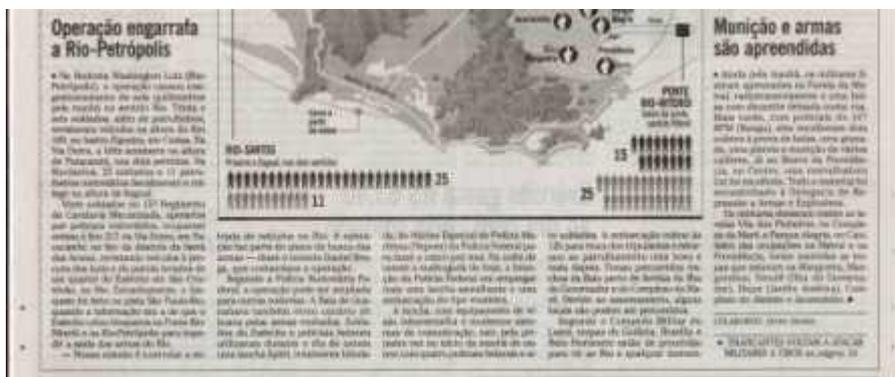
<sup>116</sup> Pinto, J.M, ano, p.5

<sup>117</sup> Pinto, J.M, ano, p.5

personagens, o vilão, representado pelo bandido que sempre é associado à classe mais pobre das favelas, e ao “mocinho” que nos jornais é representado pela classe média e alta.

O professor Paulo Vaz e seus pesquisadores fizeram uma análise sobre a construção dos personagens e da narrativa das notícias de crime da cidade do Rio de Janeiro. A primeira hipótese levantada no artigo é que as notícias de crime têm recentemente se endereçado à audiência de classe média como vítima virtual. O que está se pretendendo classificar como vítima virtual é aquele indivíduo que se vê como uma vítima em potencial, ou seja, não é mais intocável e inatacável, ela se coloca numa cena em que poderá ser a próxima vítima. “Muitos moradores de classe média do Rio de Janeiro, ao lerem as notícias quase diárias sobre tiroteio numa das vias expressas da cidade, se percebem endereçados como vítimas virtuais destes crimes”<sup>118</sup>. A intensidade de matérias sobre tiroteios, balas perdidas, latrocínios, segundo Vaz, cria a sensação de que a qualquer momento o leitor pode ser uma vítima em potencial. “A reiteração incorpora ao cotidiano a possibilidade de vitimização”<sup>119</sup>.

Portanto, a vitimização apenas da classe média nos jornais é evidente quando se compara matérias onde o mesmo tipo de crime ocorreu na favela e no asfalto. No entanto, a favela nunca é mencionada nas matérias como um lugar vitimado pela violência. “As matérias sobre ocorrências que fazem vítimas nas favelas e no asfalto, como tiroteios e fechamentos do comércio pelo tráfico, só consideram vítimas do asfalto. A opção por omitir o sofrimento dos moradores do morro onde ocorre um tiroteio – “*Tiroteio no Salgueiro provoca pânico na Tijuca*” – vitimizando somente a classe média, sugere ou que os favelados já estão acostumados ou que são os criminosos, não interessando assim o seu sofrimento”<sup>120</sup>.



<sup>118</sup> Vaz, P, 2006, p.3  
<sup>119</sup> Vaz, P, 2006, p.3  
<sup>120</sup> Vaz, P, 2006, p.10

Na matéria acima retirada do Jornal O GLOBO do dia 7 de março de 2006, sobre a intervenção militar do Exército na cidade do Rio, fica nítida a posição do jornal em destacar o fato da operação ter prejudicado mais a vida da classe média e alta – ou seja, seus leitores – do que a vida dos cidadãos de baixa renda, principalmente dos moradores das favelas que estavam sendo ocupadas. Nota-se uma preferência do jornal em abordar com mais detalhes os prejuízos sofridos pela classe média, tanto pela hierarquização da narração quanto pelo número de linhas dedicadas a narrar o ‘drama’ sofrido pela classe média.

A construção de matérias desse tipo cria o que Vaz chama de “conceito de risco”, o qual “implica trazer um acontecimento adverso para o presente, simular suas chances de advir através de algum nexos causal e, portanto, incitar à que se evite fazer aquilo que amplia suas probabilidades de ocorrer”<sup>121</sup>. No entanto, o grau desse risco dependerá das escolhas de cada indivíduo, ou seja, ele é o dono dos seus direitos de risco. “Grande parte dos sofrimentos futuros a ocorrer para um dado indivíduo depende de decisões diárias sobre seu estilo de vida”<sup>122</sup>. E quanto maior é esse grau de risco maior é a cobrança por mais policiamento, gerando assim uma espécie de autorização da repressão policial: “No caso do crime no Rio de Janeiro, é comum que a notícia de uma experiência de sofrimento venha acompanhada de denúncias sobre a polícia não estar onde deveria ou sobre a ineficácia de sua proximidade – ‘o assalto ocorreu a 100 metros da cabine de polícia’”<sup>123</sup>. Por isso que hoje em dia a fórmula para “evitar sofrimentos futuros”, ou seja, combater a violência, é de caráter meramente burocrático, como “mais policiamento nas ruas, de preferência pelo exército, que não estaria corrompido, leis mais duras e prisões que efetivamente isolem os criminosos da sociedade. Não é preciso muito esforço teórico para admitir a proximidade entre os temas do crime e do terrorismo”<sup>124</sup>.

Diariamente os jornais noticiam matérias que “alertam” sobre as áreas mais perigosas da cidade, classificadas nas matérias como “zonas de risco”, cabendo ao leitor se informar e evitar transitar por essas regiões. Quando o cidadão se percebe cerceado da sua liberdade de ir e vir, informado pela mídia de que essas regiões são inseguras devido à incompetência do Estado, ele se desloca da posição de agente social para a posição de vítima virtual, vivendo num temor de se tornar uma vítima real,

---

<sup>121</sup> Vaz, P, 2006, p.4

<sup>122</sup> Vaz, P, 2006, p.4

<sup>123</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>124</sup> Vaz, P, 2006, p.13

“Se os indivíduos receiam algum crime futuro, se este temor pode ser atribuído à ausência de ação de alguma agência regulatória e se, por causa desse temor, eles mudam seus hábitos, restringindo suas possibilidades de prazer, eles se tornam concretamente uma vítima (..) A vítima virtual restringe seus prazeres porque foi exposta involuntariamente ao risco por decisões alheias – dos criminosos e do Estado incapaz”<sup>125</sup>.

Uma das conseqüências dessa vitimização da classe média é que esta antes olhava o pobre com piedade, como “coitadinho”, e agora passa a vê-lo como um criminoso virtual, ou seja, um criminoso em potencial, já que ele vive próximo da criminalidade e pode ser mais facilmente cooptado por esse sistema. Vaz exemplifica essa associação ao afirmar que nas matérias que pesquisou a grande maioria caracterizava os moradores dos morros como “bandidos”,

“matérias sobre crimes ocorridos nas favelas que vitimizam algum(s) de seus moradores frequentemente contêm a alegação de que a vítima era ligada ao tráfico, *“A família de André (...), encontrado morto no meio da mata, disse que ele não tinha envolvimento com o tráfico de drogas. Policiais desconfiam, no entanto, que ele participou do confronto”*. A alegação, independente de ser verdadeira ou não, funciona como justificativa para essas mortes”<sup>126</sup>.

A intensa cobertura de fatos violentos pela mídia pode ter contribuído para criar o ‘medo do crime’, sugere Vaz: “Discute-se a hipótese de o ‘medo do crime’ ser gerado pela exposição aos meios de comunicação, na medida em que o real mediado é mais assustador do que a realidade e que a maior parte das informações sobre crime são passadas pelos meios de comunicação”<sup>127</sup>.

Entretanto, Vaz esclarece que essa hipótese não é cabível ao Rio de Janeiro, já que as taxas de criminalidade são altas e não poderíamos negar a ocorrência de atos de violência na cidade. Por essa razão, ele apresenta outras hipóteses para explicar a superexposição da violência carioca na mídia,

“para poder estudar o ‘medo do crime’ no Rio, lançamos mão de outra hipótese, aquela que propõe que não basta o enviesamento, mas também o tipo, com o medo sendo amplificado por crimes com seleção aleatória de vítimas e que acontecem no interior da rotina de muitos”<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> Vaz, P, 2006, p.5

<sup>126</sup> Vaz, P, 2006, p.9

<sup>127</sup> Vaz, P, 2006, p.5

<sup>128</sup> Vaz, P, 2006, p.6

Ou seja, os produtores de notícias selecionam crimes que sejam próximos da realidade do seu receptor, seja ele espectador, leitor ou ouvinte. Vaz então faz a seguinte indagação: “O que favorece a identificação entre espectador e vítima? Mais precisamente, quais são as condições para que uma notícia sobre o sofrimento de estranhos seja a ocasião de tornar este sofrimento uma possibilidade no futuro imaginado por cada leitor ou espectador, orientando suas ações cotidianas e suas reivindicações sócio-políticas?”<sup>129</sup>. A primeira hipótese que Vaz supõe é que os receptores da notícia, o público, fazem previsões sobre o futuro a partir de expectativas formuladas com base em fatos ocorridos: “Os indivíduos estimam suas chances de serem vitimizados no futuro a partir de informações oriundas seja de sua experiência direta, seja de experiência dos outros (...) É preciso supor apenas que as expectativas também dependem de informações sobre o passado”<sup>130</sup>.

Assim, quando o receptor recebe notícias relacionadas à violência desencadeia em suas mentes, de acordo com Vaz, o seguinte pensamento, “que poderia ter sido a vítima e que foi só por alguma decisão banal que não se tornou o alvo do criminoso”<sup>131</sup>. E também porque “como o número de informações sobre crimes oriundos da experiência alheia é maior do que a experiência direta de ser vitimizado, as estimativas dos indivíduos serão influenciadas, sobretudo, pelo que ocorreu aos outros”<sup>132</sup>. É diferente, esclarece Vaz, quando ocorre um incidente grave e passível de ocorrer com qualquer um, mas com a certeza de que dificilmente ele voltará acontecer: “O atentado terrorista de 11 de setembro é um exemplo particularmente claro da distância entre um indivíduo pensar que o que aconteceu poderia ter acontecido com vários, inclusive com ele, e pensar que o que aconteceu pode acontecer novamente, dessa vez lhe atingindo”<sup>133</sup>.

Conclui-se então, que “no mundo contemporâneo, para a maior parte dos indivíduos, a fonte principal de informações sobre crime é a mídia e não as conversas de parentes, amigos e vizinhos sobre o que aconteceu a conhecidos”<sup>134</sup>. Entretanto, essa evidência acontece de forma particular na cidade no Rio, como observa Vaz: “Na cidade do Rio de Janeiro, ao menos, nossa experiência pessoal é de que, após um acontecimento criminoso de grande repercussão midiática, as pessoas conversam uma

---

<sup>129</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>130</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>131</sup> Vaz, P, 2006, p.4

<sup>132</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>133</sup> Vaz, P, 2006, p.4

<sup>134</sup> Vaz, P, 2006, p.3

com as outras.(..) as notícias na mídia sempre são para a maior parte da audiência sobre sofrimento de estranhos e a conversa entre conhecidos aproxima o acontecimento para a vida de cada um”<sup>135</sup>. Assim, quanto mais se conversa sobre o assunto, mas aquela realidade se aproxima da vida das pessoas, “as conversas sobre crimes noticiados pela mídia sedimentam e incorporam em cada um a possibilidade de ser vítima”<sup>136</sup>.

Entramos assim num ciclo vicioso, pois cada vez que acontece um fato violento, este é noticiado e destacado pela mídia, é recebido pela população em forma de notícia, comentado em conversas, estabelecendo uma sensação de insegurança na população que será confirmada na notícia de violência do dia seguinte nos jornais. “diversas pesquisas empíricas apontam para essa relação direta entre a intensidade da exposição às notícias locais e o medo do crime”<sup>137</sup>. Portanto, as reações psíquicas que ocorrem com a maioria dos indivíduos expostos ao volume constante de notícias criminosas é comandado por dois tipos de percepção, aponta Vaz: “1) pensar que o sofrimento ocorrido poderia ter acontecido com qualquer um e 2) pensar que o sofrimento ocorrido pode ocorrer novamente”.

Vaz analisa que a própria maneira que se constrói a notícia contribui para acentuar esse processo de vitimização que o leitor se coloca “os meios de comunicação facilitam o trabalho da audiência: associam o acontecimento a casos semelhantes ocorridos anteriormente ou fornecem algum dado estatístico, apresentando assim o incidente como uma incidência”<sup>138</sup>. Um outro exemplo recorrente que Vaz cita é a tendência da mídia vincular o incidente singular a uma situação genérica da cidade “como na frase de uso corrente pelos jornais para introduzir a notícia sobre um crime qualquer: ‘mais uma vítima da violência na cidade’<sup>139</sup>.

Há cinco estratégias retóricas, apontada por Vaz, para generalizar um crime,

“a primeira é reflexiva, passando diretamente do crime ocorrido para a imagem da cidade como assustadora e violenta. Quando o crime atinge indivíduos, usualmente celebridades, a estratégia é perguntar se a vítima quer ou não mudar de bairro ou cidade; se o crime for cometido por traficantes, usa-se a metáfora de guerra ou se aproxima a situação da cidade ao que acontece na Colômbia”<sup>140</sup>.

---

<sup>135</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>136</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>137</sup> Vaz, P, 2006, p.3

<sup>138</sup> Vaz, P, 2006, p.5

<sup>139</sup> Vaz, P, 2006, p.5

<sup>140</sup> Vaz, P, 2006, p.10

A segunda estratégia, segundo Vaz, se dá pelo uso de expressões em tom de comentário como se a percepção da violência é algo já banalizada, “expressões que reiteram, com uma certa exasperação, que a cidade é violenta, ao usar expressões como ‘mais uma vítima da violência’, ‘virou rotina’, ‘não surpreende mais que...’. “A terceira estratégia faz a transição entre expressões e dados numéricos, pois aponta para a intensificação de um dado tipo de crime, normalmente com a expressão, ‘esta é (número de vezes que acontece um caso) em menos de (período de tempo curto)”<sup>141</sup>.

A quarta estratégia é o uso de números absolutos para embasar os argumentos da notícia, “pode ser de fontes oficiais, pesquisas científicas ou simplesmente estatísticas selvagens apresentadas por testemunhas”<sup>142</sup>. A última estratégia é, como já foi dito, a recordação de casos semelhantes, observada por Vaz em sua pesquisa, “a recordação de casos similares usava o artifício gráfico de um box destacado, favorecendo a apreensão do acontecimento como resultado de uma onda de crimes que o precedia”<sup>143</sup>.

#### **4.2 - Análise de notícias sobre crime no Jornal O Globo e O Dia, quanto à diagramação, a narrativa e o conteúdo discutido nas coberturas.**

Faremos uma análise de algumas notícias sobre violência com base na disciplina Análises de Discursos que teorizamos no capítulo anterior. Durante a interpretação dos textos e imagem verificaremos mecanismos e estratégias que os jornalistas, produtores da matéria, utilizaram para construir e espetacularizar a violência na cidade do Rio de Janeiro. As matérias foram retiradas da Editoria Rio de dois principais jornais da cidade, O GLOBO, que têm como público alvo a classe média e alta, que teoricamente são leitores bem informados sobre a atualidade, e o Jornal O DIA, voltado mais para a classe de baixa renda, nomeada como ‘popular’.

As matérias são relacionadas ao um fato ocorrido na madrugada de sexta-feira, do dia 2 de março de 2006, quando sete homens armados invadiram o Estabelecimento Central de Transporte (ECT), do Exército, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro e roubaram dez fuzis e uma pistola. No dia seguinte o Exército deu início a uma operação pela busca das armas roubadas, ocupando favelas e toda a cidade através de

---

<sup>141</sup> Vaz, P, 2006, p.10

<sup>142</sup> Vaz, P, 2006, p.10

<sup>143</sup> Vaz, P, 2006, p.10

blitzes, tanques nas ruas, barricadas e soldados nas principais vias expressas. A operação naturalmente refletiu na mudança da rotina dos cidadãos, seja ele de qualquer classe social.

No entanto, nas matérias, principalmente do Jornal O GLOBO, fica nítida a ênfase às mudanças que atingiram a vida dos cidadãos de classe média e alta, desvalorizando as mudanças que a população de baixa renda sofreu com a intervenção militar na cidade. Além disso, a grande repercussão que a mídia deu ao fato foi utilizada pelo Exército para recuperar a valorização e a honra da instituição, que andava abalada devido às críticas ao trabalho das tropas brasileiras enviadas em Missão de Paz ao Haiti para conter a guerra civil daquele país. Percebe-se nas matérias uma tendência dos jornais em defender a operação e até mesmo legitimar a solução hipotética de uma intervenção militar na cidade como panacéia para o controle da violência no Rio.

Um exemplo dessa percepção aconteceu no Jornal O DIA, dia 9 de março de 2006, com matéria intitulada **“Efeito colateral no crime”** seguido do subtítulo **“Ocupação das favelas pelo Exército fez cair índices de assaltos e roubos de carros nas ruas próximas”**. A matéria segue relatando como a operação militar na cidade estava ajudando a trazer mais segurança (ou na realidade uma sensação) para a cidade. No entanto, tal fato é justificado apenas pela versão da polícia, através de uma declaração do comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar, no bairro do Méier, Zona Norte do Rio, região com elevados índices de assaltos e roubos. No entanto o repórter deixou de entrevistar moradores da região para que confirmasse a veracidade da notícia e constatar se realmente eles tinham percebido alguma mudança positiva depois da ocupação do Exército nas ruas do bairro. Entretanto, a matéria ficou apenas com a visão de um lado da história.

Outra notícia onde fica evidente a posição da mídia favorável à operação do Exército aconteceu no dia 7 de março de 2006, na Editoria Rio, do Jornal O GLOBO. Antes da análise do texto e seu contexto, iremos interpretar a escolha das imagens que ilustram a notícia. A primeira foto no alto da página, da esquerda para a direita, mostra os militares em “ação” à espreita de algum sinal ou movimentação dos traficantes. Encontram-se quatro militares escorados em um muro localizado na entrada da favela da Providência, Centro do Rio. O muro que os militares usam como proteção possui duas frases inscritas. A primeira no alto do muro, diz: “Bem-vindo a Providência” e, mais abaixo, ao lado do militar da esquerda, a seguinte frase: “soldado da paz”.

De acordo com o analista de discurso Milton Pinto, há diversas operações de enunciação para se atribuir sentido a um discurso ou imagem e posicionar o seu destinatário (no caso estudado, o leitor), no seu local de enunciação. É o que Milton conceitua como ‘modalização das imagens’ onde se faz “a tematização do poder pela colocação de uma imagem em posição dominante”<sup>144</sup>. Traduzindo para a matéria em análise, a foto com as frases pichadas e a escolha da colocação em destaque na página passam a idéia para o leitor de que a ocupação dos militares é bem vinda e necessária e que ocorre por um motivo nobre, patriótico e em missão de paz. Em seguida, a matéria relata a morte de um rapaz de 16 anos por dois tiros no Morro do Pinto, em frente ao Morro da Providência, local onde estava ocorrendo a ocupação militar.

A coincidência dos fatos leva a supor que o rapaz morreu com tiro disparado durante a incursão dos militares da favela. Mas para retirar o sentimento no leitor de que a morte do rapaz tenha sido culpa dos militares, a matéria publica um depoimento do comandante da polícia, no qual ele nega que o rapaz tenha morrido devido à troca de tiros com os traficantes. Se um dos princípios básicos ensinados nas universidades de jornalismo é o princípio de ouvir os diversos lados de um fato, por que então o repórter não procurou ouvir uma testemunha que estivesse no momento do incidente para comparar a semelhança das duas versões? Assim, apenas a informação do coronel induz o leitor a pensar que o rapaz tenha morrido de um tiro vindo dos traficantes. Veja a transcrição:

*“O coronel Fernando Lemos, relações-públicas do Comando Militar do Leste, disse, porém, que o Exército não fez operação no Morro do Pinto e que os militares não trocaram tiros com traficantes da Providência. Segundo ele, os traficantes atiraram contra os soldados, - Não queremos confronto com os traficantes. Queremos os dez fuzis e a pistola roubados, disse Lemos”.*

Em seguida a matéria muda radicalmente o assunto para relatar o sofrimento e as implicações negativas que o cidadão – no caso o recado é endereçado às classes média e alta – sofreu com o tiroteio. O jornal acaba tornando-se uma espécie de porta-voz da revolta e dos anseios do seu leitor e direciona a narração das matérias para atender a expectativa dele. O professor Paulo Vaz afirma que uma das maneiras que a mídia contribui para despertar o medo e a sensação de vítima na população de classe média acontece quando, além de reportar o fato, a matéria faz alusão aos “efeitos sobre o

---

<sup>144</sup> Pinto, J.M, 1999, p.67

espaço urbano gerado por aquele fato noticioso”<sup>145</sup>. Efeitos estes que pode ser o aumento do tráfego em virtude de algum tiroteio próximo atrapalhando a volta das pessoas do trabalho para a casa ou o bloqueio de uma via ou túnel, também dificultando os motoristas.

Nesta matéria do O GLOBO, há um exemplo claro do posicionamento feito pelo jornal em colocar, segundo Vaz, “a audiência de classe média como vítima virtual de uma criminalidade proveniente do morro”<sup>146</sup>. Observe:

*“Ontem, por volta das 9h, o som de tiros vindos da Providência mostravam que nada estava tranqüilo. Militares que estavam no acesso à comunidade subiram a favela. Meia hora depois de iniciado o tiroteio, policiais do 5º BPM (Praça da Harmonia) entraram e houve mais confrontos. O trânsito na rua que liga o Largo de Santo Cristo ao Viaduto São Sebastião teve de ser interrompido por alguns minutos para evitar que motoristas fossem feridos. Moradores que deixavam a Providência naquele horário saíam correndo assustados. Mais de 200 militares – alguns com o rosto pintado – fizeram incursões na parte alta da favela, usando um tanque, um jipe de atendimento médico e armas anti-áreas. Helicópteros do tipo Pantera também sobrevoaram o local.”*

Veja que o sofrimento dos motoristas foi colocado em primeiro plano acima do sofrimento dos moradores do local onde a incursão militar acontecia. Segundo esta análise, percebe-se que na grande maioria das notícias sobre violência o sentido de lugar dado à favela é construído como um local de criminosos e bandidos, subtraindo o sofrimento de pessoas de bem que vivem nessas regiões e são tão “vítimas virtuais” quanto os cidadãos das classes média e alta que os jornais tendem a representar.

---

<sup>145</sup> Vaz, P, 2006, p.1

<sup>146</sup> Vaz, P, 2006, p.1

## RIO

## A GUERRA DO RIO



MILITARES TOMAM posição na entrada da Vila Portuária, acesso à Providência



MARCOS AURÉLIO, que estava com Eduardo, junto ao local onde o rapaz foi baleado. No chão, o guarda-chuva de vítima

# Tiros e morte na Providência

Exército ocupa nove favelas em busca de armas roubadas e bala mata rapaz de 16 anos

Célia Costa e Cristiane de Cássia

Um rapaz morreu ontem de manhã durante a operação que o Exército iniciou sexta-feira passada em favelas do Rio em busca das armas roubadas semana passada do Estabelecimento Central de Transporte (ECT) do Exército, em São Cristóvão. Eduardo dos Santos, de 16 anos, foi atingido por dois tiros no Morro do Pinto, na Gamboa, no momento em que os militares ocupavam o Morro da Providência, logo em frente. Durante boa parte da manhã, houve tiroteios na Providência. As suspeitas dos moradores são de que o rapaz tenha sido vítima de bala perdida ou que os soldados tenham atirado contra ele ao confundirem o guarda-chuva que ele usava com um fuzil. Em 2003, quando o Exército ocupou a cidade durante o carnaval, um professor foi morto por soldados ao passar por uma barreira militar sem parar o carro.

O tenente-coronel Carado, que comanda a ocupação na Providência, confirmou que soldados trocaram tiros com traficantes. O coronel Fernando Lemos, relações-públicas do Comando Militar do Leste, disse, porém, que o Exército não fez operação no Morro do Pinto e que os militares não trocaram tiros com traficantes da Providência. Segundo ele, os traficantes atiraram contra os soldados.

— Não queremos confronto com os traficantes. Queremos os dez fuzis e a pistola roubados — disse Lemos. O clima na Providência, umas das nove favelas ocupadas pelo Exército, começou a ficar tenso na noite de domingo. Às 23h, traficantes lançaram uma bomba de fabricação artesanal contra a tropa. O aríete explodiu à distância. Ninguém se feriu.

## Tiroteio fecha rua de acesso a viaduto

• Ontem, por volta das 9h, o som de tiros vindos da Providência mostrava que havia estado tranquilo. Militares que estavam no acesso à comunidade subiram a favela. Meia hora depois de início do tiroteio, policiais do 5º BPM (Praça da Harmonia) entraram e houve mais confrontos. O trânsito na rua que liga o Largo de Santo Cristo ao Viaduto São Sebastião teve de ser interrompido por alguns minutos para evitar que motoristas fossem feridos. Moradores que detavam a Providência naquele horário saíram correndo assustados. Mais de 200 militares — alguns com o rosto pintado — fizeram incursões na parte alta da favela, usando um tanque, um jipe de atendimento médico e armas anti-aéreas. Helicópteros do tipo Panther também sobrevoadam o local.

— Estava na casa da minha mãe, no alto da comunidade, e ouvi muitos tiros. Eles não podem chegar atrairdo assim. Meu medo é levar um tiro — disse a dona-de-casa Sueli Cabral.

No fim da manhã, a morte de Eduardo, que estava no Parque Machado de Assis, no Morro do Pinto, piorou a situação. Órfão de pai e mãe,



SOLDADOS JUNTO à quadra da Mangueira. Cerca de 500 homens participaram da operação no morro em busca das armas roubadas do quartel em São Cristóvão

## Mangueira também é ocupada

Morro tem tiroteio no fim da noite. Contingente militar nas comunicações ocupadas já supera efetivo no Haiti

Antônio Werneck

• O Exército ocupou ontem à tarde o Morro da Mangueira em busca das armas roubadas semana passada do quartel em São Cristóvão. Veículos blindados (Urutus) e cerca de 500 militares cercaram todos os acessos à Mangueira. No fim da noite um intenso tiroteio entre traficantes da Mangueira assustou moradores e militares. Chamados por oficiais do Exército, policiais do 43º BPM (São Cristóvão) subiram a favela. Segundo o FPM, a troca de tiros envolveu apenas traficantes. Até o início da madrugada não havia informações sobre vítimas.

Com a operação de ontem, subiu para 1.500 o número de militares que ocupam favelas cariocas. O efetivo já é maior do que o empregado no Haiti, onde o Exército brasileiro comanda, com 1.200 homens, a força de paz da ONU na

quele país, há mais de um ano. Agora são nove as favelas ocupadas pelo Exército: Jacarezinho (Méier), Mangueira (Bonsucesso), Complexo do Alemão (Ramos), Densê (Ilha do Governador), Vila Formosa (Jardim América), Vila dos Pinheiros (Maré), Parque Alegria (Caju), Providência (Centro) e Mangueira. O CML disse que as ocupações são por tempo indeterminado.

Ontem à tarde, a Secretaria de Segurança Pública e o Exército criaram uma força-tarefa para recuperar os dez fuzis e a pistola roubados. A decisão foi tomada numa reunião entre o secretário de Segurança, Marcelo Itagiba, e o comandante do Comando Militar do Leste, general Domingos Carlos de Campos Curado. A força-tarefa, segundo divulgou a Secretaria de Segurança, visa a integrar unidades operacionais e as áreas de inteligência do Exército e da polícia para dar o suporte necessário ao inquérito policial-militar (IPM)

aberto para investigar o roubo.

— A presença do Exército nas ruas, com a cooperação das forças policiais estaduais, que têm a competência legal de combater a criminalidade no estado, não possui caráter intervencionista e se encerrará com a recuperação do armamento roubado — afirmou Curado.

Na troca de informações entre os serviços de inteligência dos governos estadual e federal surgiu a suspeita de que pelo menos um militar de plantão no ECT do Exército teve envolvimento no roubo do armamento. A ordem para invadir o quartel em São Cristóvão teria partido do traficante Tota, do Complexo do Alemão, uma das comunidades ocupadas. A ação criminosa teria resultado na perda das armas do Mandelê (Mangueira), Parque Arari (Belfica) e Selva de Pedra (Bonsucesso). Após o roubo, o bando teria feito a divisão das armas dentro de uma Kombi.

Eduardo foi criado pela avó materna, com que morava no bairro de Santa Isabel, em São Gonçalo. O jovem foi sexta-feira passada para a casa do tio, no Morro do Pinto, para assistir ao Desfile das Campeãs, no Sambódromo, e ficou para fazer ontem a matrícula num curso de fotografia de um centro social da prefeitura.

Eduardo foi encontrado com um amigo, quando começou o tiroteio. Ele foi atingido nas costas por um tiro de fuzil e atingido por outro tiro na mão di-

reta. Segundo Roger Ancillotti, diretor do IML, o tiro nas costas foi de longa distância. Como foram encontrados fragmentos da bala no corpo da vítima, Ancillotti explicou que o mais provável é que o tiro tenha partido de um fuzil AR-15.

— Não posso garantir nada, mas o calibre 7,62 (do FAL, fuzil usado pelo Exército) não fragmenta tanto quanto o 5,56 (do AR-15, fuzil muito usado pelo tráfico).

Segundo Marco Aurélio Damitão

de Lima, de 18 anos, que estava com Eduardo, o tiro partiu de uma das ruas que dão acesso à Providência, que está ocupada por militares.

Um taxista levou o corpo para a entrada da 4ª DP (Central do Brasil). Policiais e peritos foram até o Morro do Pinto para analisar a trajetória do tiro e saber se poderia ter partido de militares no acesso à Providência ou de dentro da favela em algum dos tiroteios. No IML, parentes de Eduardo estavam inconscientes. A avó passou

mal. Um tio, Robson dos Santos, fez o reconhecimento do corpo por meio de uma foto tirada pelos peritos.

— Ele era muito medroso e acho difícil que ele tenha ido olhar o tiroteio. Acho que confundiram o guarda-chuva com uma arma e por isso atiraram. Ele tinha medo até de galinha — disse Robson.

► NO GLOBO ONLINE: Veja fotos da operação <http://www.globo.com.br/rio>

Agora analisaremos este box abaixo:

**Chances de morrer de tiro de fuzil são de 90%**

**Cirurgião traça um paralelo com as situações do Haiti e do Iraque**

• Especialista em cirurgia torácica, Rodrigo Gavina, diretor do Hospital Quinta D'Or, afirma que os tipos de lesão com tiros de fuzil nos conflitos nas favelas cariocas assemelham-se aos das guerras do Haiti e do Iraque.

— O conceito inicial era de que armas de guerra não fossem agressivas para matar, mas para causar lesões que imobilizassem três pessoas: a vítima e outras duas que teriam que retirá-la da linha de tiro. Na prática, uma pessoa atingida por um tiro de fuzil tem 90% de chances de morrer, mas se o local atingido for o braço ou a perna há grande probabilidade de sobrevivência — explicou o médico, que fez uma palestra sobre a realidade do Rio em Israel, em 1999.

Na década de 80, com a intensificação da venda da cocaína nos morros, se acirrou a rivalidade entre as quadrilhas. Em contrapartida, a polícia abriu guerra contra o tráfico no varejo.

— Eles entendem que a única forma de combater isso é com uma política bélica. Não tem sentido fazer operação sem avaliar os riscos. Não se discute um plano de segurança com a comunidade — reclama o pesquisador Jailson de Souza e Silva.

Segundo ele, as favelas têm origem nos antigos cortiços. Na década de 60, ocorreu a remoção das primeiras favelas, como a da Praia do Pinto (atual conjunto Selva de Pedra, no Leblon), do Esqueleto (Maracanã), da Macedo Sobrinho (Humaitá) e do Parque da Catacumba (Lagoa).

— Historicamente, a ideia é de que o pobre tem que morar nos centros proletários. Os moradores de classe média identificam o Rio como popular: praia e samba. É o meu faxineiro, a minha empregada, o meu segurança. Mas essas pessoas não podem morar perto delas. Caso isso ocorra, provocaria a desvalorização de seu espaço — diz Jailson.

Segundo ele, o morador da favela quer viver em paz.

— Não há nenhuma política social de segurança e ainda ultrajam os moradores, tratando-os como se fossem inimigos. Como é que você se sente quando vê um canhão apontado para a sua casa? — pergunta Jailson.

Para o padre Luiz Antônio Pereira Lopes, da Pastoral de Favelas, os moradores das comunidades vivem em silêncio o dilema entre os bandidos e a polícia:

— É claro que o morador não pode se manifestar, ele não vai expor esse dilema. Mas a pergunta "quem vai tomar conta da gente?" é uma reflexão constante. O grande problema é que quando a polícia entra na favela vê todos como inimigos, generaliza como se todos fossem o mal. Para completar, o único poder público que se faz presente é o poder público de polícia.

A matéria publicada pelo Jornal O GLOBO em 2006 e destacada em box é aberta com o título “**Chances de morrer de tiro de fuzil são de 90%**”. À primeira vista a frase passa um significado que difere do real sentido no qual ela foi produzida. A frase proferida por um médico especialista em cirurgia torácica explica a periculosidade de se levar um tiro de fuzil, dependendo do local do corpo humano atingido e independente do lugar em que acontece o acidente. No entanto, para quem abre o jornal na parte da Editoria Rio e naturalmente lê em primeiro lugar o título, entende que 90% dos cidadãos cariocas têm chance de morrer de tiro de fuzil. E ainda para reforçar o sentido alarmista que a frase passa, o subtítulo insinua com a frase “**Cirurgião traça um paralelo com as situações do Haiti e do Iraque**” uma comparação da realidade do Rio com dois países em estado de guerra civil declarado.



**TANQUE** foi utilizado na ocupação do Morro da Mangueira e virou alvo de um dos ataques do tráfico aos militares. Os confrontos não deixaram mortos ou feridos, mas moradores e motoristas ficaram bastante assustados

# ATAQUES EM SÉRIE

Traficantes de quatro das favelas ocupadas dispararam tiros contra militares que participam da busca aos fuzis roubados

**CHRISTINA NASCIMENTO E MARCO ANTONIO CANOSA**

Traficantes da facção criminosa Comando Vermelho (CV) atacaram a tiros os soldados do Exército em quatro das comunidades: Sociedades, ontem; na Mangueira; na Favela Parque Alegria, no Caju; no Jacarezinho e em Mangueinhos. Não havia informações sobre feridos até o fim da noite de ontem. Na véspera, o confronto tinha sido no Morro da Providência, no Centro, onde bala perdida matou jovem.

Por volta das 21h de ontem, cerca de 20 bandidos fortemente armados dispararam na direção de um caminhão com militares que saía de dentro da favela no Caju. O confronto durou cerca de 10 minutos. No Jacarezinho, o rápido tiroteio foi às 22h, mesmo horário em que, em Mangueinhos, jipe do Exército foi atacado.

Na Mangueira, houve dois embates. O primeiro foi por volta das 23h de terça-feira, quando ocorreu troca de turno. Os disparos foram na direção de um

carro trindade. Bolas trapantes assustaram moradores, que se jogaram no chão, e os militares reagiram. As 2h, criminosos numa ligeira armaria novamente. Militares contaram que, primeiro, foram surpreendidos com tiros quando a guarnição desceu do carro para a troca de turno. Eles revidaram e foi possível ver dois traficantes mirando com fuzis. Os moradores contaram que soldados se armaram no chão. Um cabo de energia foi atingido. Há suspeita de que o disparo tenha sido feito de propósito pelo tráfico. À tarde, policiais da 40ª DP (Honório Gurgel) foram à favela cumprir mandado de busca e apreensão. Eles tinham denúncia de que os fuzis estavam enterrados no quintal de uma casa.

Cerca de 500 homens, entre eles soldados que participaram da missão de Paz da ONU no Haiti, estão no morro. Eles ocuparam os acessos à favela — ruas do Buraco Quente e da Igreja, onde há bocas-de-fumo — e o alto dos Telégrafos.



COM O comércio fechado na Rua Visconde de Hilerix, o clima na Mangueira foi de tensão durante a operação

## Tropa na favela esteve no Haiti

Da pobreza do Haiti ao cenário de violência do tráfico no Rio. Cerca de 1.000 dos 500 militares que estão na Mangueira participaram da missão de Paz no país da América Central. Apesar das diferenças de estratégias, as abordagens e o cerco aos morros são similares. Na parte alta do Morro do Telégrafo, estão homens orientados pelo comandante do Centro de Instruções de Operações de Paz, tenente-coronel André Luis Novais, que voltou do Haiti em dezembro.

Antes de embarcarem, os militares treinaram em favelas anexas. No Haiti, as ações dos brasileiros ajudaram a reduzir o número de seqüestros e pacificar bairros dominados por gangues. O Ministério Público Militar designou equipe para acompanhar o Exército na ação. O objetivo é verificar a legalidade e legitimidade das ações militares.

## Em Mangueinhos, disparos contra jipe

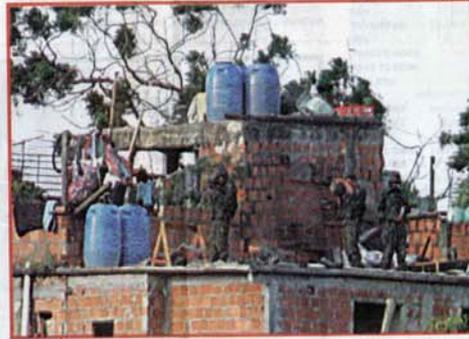
Traficantes que estavam numa passadeira sobre a Rua Leopoldo Bulhões, em Mangueinhos, atiraram contra jipe do Exército ontem à noite. O veículo não foi atingido e seguiu em direção a Bierfica. Policiais militares pediram reforço e patrulha do 22º BPM (Maré) também virou alvo. Com a chegada de

mais PMs, os bandidos fugiram. Durante o tiroteio, ônibus da linha 350 (Passaio-Itajá) ficou no fogo cruzado. O motorista decidiu parar e passageiros se jogaram no chão. O coronel Fernando Lemos, relações-públicas do Exército, negou que militares tenham se envolvido em tiroteios no Caju e em Mangueinhos.

## Bala perdida atinge parede de casa

Casa próxima à quadra da escola de samba teria sido atingida. Mulher e seu filho dormiam quando bala acertou parede do quarto. Parte do comércio fechou as portas. Colégios liberaram os alunos mais cedo. Alheios ao clima de tensão, jovens cantavam funkis "proibi-

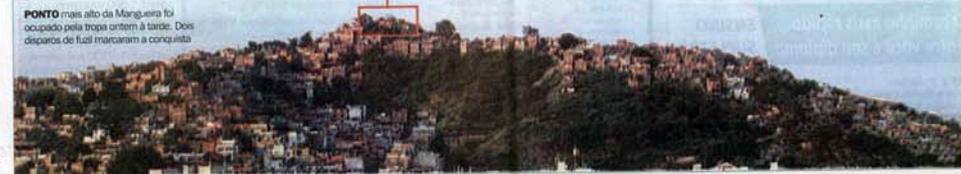
ções" num bar, gozavam quem era revistado e gritavam que o "comércio" estava prejudicado. Sobre os tiroteios, o presidente da Associação de Moradores da Mangueira, José Roque Ferreira, alegou que canto do Exército teria fomentado e provocado a reação de outros militares.



## 'Tomada' do topo do morro

Às 16h23, dois tiros de fuzil marcaram a chegada dos militares ao ponto mais alto do Morro da Mangueira, na localidade dos Telégrafos. Pelo menos cinco homens armados transformaram lajes de três casas situadas no topo da favela em 'base' do Exército. De uma delas, um soldado observava o movimento na região com um binóculo, enquanto outros estavam com fuzis em punho. Logo após a 'tomada' do alto da Mangueira, homens que estavam em cima de barracos se esconderam. Duas horas e meia depois, os militares continuavam ocupando o lugar mais alto da favela. (Márcia Brasil)

**PONTO** mais alto da Mangueira foi ocupado pela tropa ontem à tarde. Dois disparos de fuzil marcaram a conquista



Por fim vamos comparar a mesma notícia sendo contado pelo jornal O DIA, considerado o jornal popular de maior circulação na cidade. A matéria analisada foi publicada no dia 10 de março de 2006 e também narra as conseqüências da intervenção militar na rotina da cidade e de seus moradores. Com base na Análise de Discursos, podemos observar que as linguagens visuais e semióticas ocupam muito mais o espaço disponível na página do que o texto. Milton Pinto elucida que “a mídia impressa, em especial nas capas de revistas e na primeira página dos jornais, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagem e diagramação para definirem posições enunciativas”<sup>147</sup>. A diagramação nesta matéria foi feita valorizando as fotos em detrimento do texto. Ao abrir a página o leitor vê em primeiro plano uma foto centralizada no topo ocupando as seis colunas do jornal. A foto foi tirada no momento em que crianças voltando da escola passavam ao lado de um tanque do Exército utilizado durante a ocupação na favela da Mangueira, Zona Norte do Rio. A mensagem que a imagem transmite tem um sentido apelativo e emotivo. O senso-comum sempre refere-se às crianças como seres frágeis e inocentes. E é justamente por acionar no leitor esta referência que a imagem comove, pois mostra crianças ao lado de um tanque de guerra, representante da brutalidade e do poder de destruição dos adultos. Mas ao mesmo tempo, a imagem do tanque parado na favela indica uma promessa de proteção àquelas crianças abandonadas.

Logo abaixo da foto há uma manchete destacada ao centro em caixa alta que diz: **“ATAQUES EM SÉRIE”** e subtítulo em seguida define quem é o atacado e o atacante: **“Traficantes de quatro das favelas ocupadas disparam tiros contra militares que participam da busca aos fuzis roubados”**. O leitor, antes mesmo de conhecer a cronologia dos fatos, já inicia sua leitura com a conclusão da história, a de que o ataque partiu dos traficantes e os militares agiram em legítima defesa. Em seguida, o texto da matéria confirma a informação no lead. Veja: “Traficantes da facção criminosa Comando Vermelho (CV) atacaram a tiros os soldados do Exército em quatro das comunidades ocupadas, ontem: na Mangueira, na Favela Parque Alegria, no Caju; no Jacarezinho e em Manguinhos”. De acordo com o professor Vaz, esse é mais um exemplo de como a mídia generaliza a figura do agressor ao poder do traficante: “cada

---

<sup>147</sup> Pinto, J.M, 1999, p.38

vez menos aqueles que cometem crimes são descritos como indivíduos cujas ações são condicionadas pelo contexto social; ao contrário, quase sempre são referidos como agentes genéricos – bandidos, criminosos, traficantes. (...) Esses agentes genéricos são ainda descritos como muito poderosos; diversas notícias, por exemplo, contêm menções aos tipos de armamentos dos traficantes, normalmente com siglas misteriosas que só nos fazem sonhar com o poder de destruição que está nos ameaçando”<sup>148</sup>. Ao longo da reportagem faz-se um relato de confrontos de traficantes e militares em outras favelas do Rio, sendo que em todas as situações, os traficantes foram os primeiros a atirar contra os militares, o que legitima a ocupação dos militares na cidade.

Nesta matéria podemos constatar mais um exemplo da tentativa da mídia em comparar a violência no Rio com um estado de guerra. Na última coluna da direita encontra-se uma matéria com o subtítulo: **“Tropa na favela esteve no Haiti”** e em seguida o texto: *“Da pobreza do Haiti ao cenário de violência do tráfico no Rio. Cerca de 100 dos 500 militares que estão na Mangueira participaram da missão de Paz no país da América Central. Apesar das diferenças de estratégias, as abordagens e o cerco aos morros são similares. Na parte alta do Morro do Telégrafo, estão homens orientados pelo comandante do Centro de Instruções de Operações de Paz, tenente-coronel André Luis Novaes, que voltou do Haiti em dezembro.”* Ou seja, o leitor tem a impressão de que a solução para o combate da violência na sua cidade é a mesma usada em um campo de batalha.

E finalmente observe a foto colocada no rodapé do jornal: a imagem de um morro na Zona Norte do Rio. A escolha da posição da foto na parte inferior remete ao leitor a idéia de que a população moradora daquele morro também é inferior, está rebaixada. Esta estratégia é definida pelo professor Milton Pinto como modulação da imagem, na qual direciona o olhar do leitor para o discurso pretendido. Dessa forma para visualizar esta foto o leitor precisa olhar para baixo, indicando que esse é o lugar destes moradores na sociedade.

---

<sup>148</sup> Vaz, P, 2006, p.5

## Conclusão

Portanto analisamos neste estudo que a construção das matérias jornalísticas sobre os eventos da violência urbana está focada em reproduzir os anseios e medos de determinada parcela da sociedade – classes média e alta – subnoticiando o sofrimento da classe de baixa renda, que são tão vítimas da violência quanto os primeiros. Relembramos através do crescimento das cidades modernas que nos locais onde houve omissão do Estado e descaso das autoridades favoreceram-se o acolhimento de atividades ilícitas e ilegais. As favelas, pela sua estrutura espacial e pelo descaso do poder público, é um exemplo do estabelecimento do mercado da droga e por consequência do estoque de armas. Mas ao mesmo tempo, é local, na grande maioria, de pessoas de bem que não possuem condições financeiras para alugar ou adquirir um imóvel nos bairros da cidade.

No entanto, os moradores da favela precisam diariamente descer os morros para trabalhar e realizar suas atividades nas cidades. É nesse momento que pode ocorrer em alguns indivíduos um choque de contraste, entre a dura realidade de viver em uma favela e a realidade de “novela” vivida em bairros nobres da cidade. Levantamos nesta análise a hipótese de que a percepção deste contraste pode virar um conflito individual quando os bens materiais tornam-se valores supremos em uma sociedade. Assim, se o indivíduo precisa adquirir um bem material para ser reconhecido e integrado socialmente e além disso, se a mídia contribui neste processo interpelando-o a consumir para ter “status” e visibilidade, podemos considerar que o indivíduo que violenta para possuir bens materiais não o faz apenas pelo ato da barbárie em si ou por estar sob os efeitos de alucinógenos. Na verdade, o ato em si é a gota que faltava para o pote transbordar.

Ou seja, o menino que aponta uma arma no sinal contra um motorista à procura de dinheiro está vivendo o ápice de um conflito causado por toda a sociedade, que começa desde a omissão das autoridades em promover a igualdade social, incluindo as classes média e alta que só preocupam-se com o seu próprio bem estar e proteção até chegar na desestruturação da família deste indivíduo, onde valores e princípios ético-morais formadores de um cidadão encontram-se esquecidos.

Apesar de sociólogos e especialistas alertarem para esta ferida social da realidade contemporânea, a mídia continua a narrar os fatos por um viés conservador e

alarmista. Na cobertura da violência urbana é raro ver matérias que se propõem discutir as causas do aumento da criminalidade e soluções pacíficas para combatê-las.

Visto que a maior parte das informações sobre crime são passadas pelos meios de comunicação, relembremos, de forma resumida, como os jornais têm noticiado à violência na cidade e que têm gerado na população a chamada ‘cultura do medo’: a grande parte das notícias é factual, ou seja, sobre o cotidiano dos eventos criminosos na cidade. Os jornais preferem os crimes com danos físicos e ocorridos em locais da rotina da maioria das pessoas. A cotidianidade de matérias similares e a repetição dos eventos nos mesmos lugares frequentados pela população faz com que as classes média e alta se coloquem no papel de vítimas virtuais da violência que a mídia lhes conta. Um exemplo claro de como os jornais endereçam a notícia sobre violência para os leitores de classe média é a hierarquização dos temas na narração da matéria, como observamos diariamente frases do tipo “tiros em morro leva pânico nas ruas do Leblon”, ou “Tirroteio no morro da Rocinha tumultuou o trânsito, prejudicando a volta dos motoristas para a casa”. Ou seja, em primeiro plano é abordado o sofrimento vivido pela classe média temerosa e acuada. Caso sobre linhas a população favelada pode ter seus minutos de fama nas páginas dos jornais.

Durante este estudo observamos que os jornais cariocas utilizam na maior parte das notícias sobre crime o termo “favela” e “traficante”, mesmo quando estes elementos não têm relação direta com o evento criminoso noticiado. Esta associação quase que constante nas coberturas têm criado na mente dos leitores a sensação de que a favela é lugar de criminosos e que traficante é sinônimo de bandido e bárbaro. É claro que muitos traficantes utilizam a força e a violência para manter suas atividades e controlar seu território, mas é irresponsabilidade da mídia generalizar o termo e criminalizar o traficante por um crime de assassinato, por exemplo, quando os fatos ainda não comprovaram tal acusação. Outra evidência constada é com relação a intensidade do uso de metáforas como “guerra”, “Estado-Paralelo”, “pânico” para definir a violência da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos que estes conceitos são usados foras de contexto e parecem querer criar uma atmosfera de descontrole e caos na cidade, a fim de legitimar a exigência da classe média por mais policiamento, e por repressão e vigilância nos locais mais carentes. A exigência abraçada pela mídia acaba simplificando erroneamente o problema, vendendo a idéia de que aumentar o efetivo policial é a solução para todos os males da violência urbana.

## Referências Bibliográficas

- Santiago, Jairo da Costa. Mídia, tráfico e violência – do comércio a imagem. Rio de Janeiro. UFRJ, 2004
- Carvalho, Maria Alice Resende, Quatro vezes cidade, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994
- Soares, Luiz Eduardo, Bill, MV & Athayde, Celso, Cabeça de Porco, Rio de Janeiro, Objetiva, 2005
- Pinto, José Milton, Comunicação e Discurso, Rio de Janeiro, Hacker Editores, 2002
- Feghali, Jandira & Lemgruber, Julita, Reflexões sobre a violência urbana – (in) segurança e (dês) esperanças, Rio de Janeiro, Mauad X, 2006
- Sodré, Muniz, Sociedade, Mídia e Violência, Porto Alegre, Editora Sulina, 2006
- Vaz, Paulo, Cavalcanti, Mariana & Sá-Carvalho, Carolina, Artigo Vítima Virtual e o medo do crime no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006
- Vaz, Paulo, Cavalcanti, Mariana & Sá-Carvalho, Carolina, Artigo Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário do crime, Rio de Janeiro, 2006
- Aydano André Motta, Edições Perigosas, revista LIDE, Rio de Janeiro, edição 29, setembro/outubro de 2002
- Ventura, Zuenir, Cidade Partida, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1994
- Goffman, Erving, Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- Filho, Aziz & Filho, Francisco Alves, Paraíso Armado, interpretações da violência no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Garçon, 2003
- Pinto, José Milton, Artigo Mídia e Violência, Rio de Janeiro, 2001
- Pesquisa “Mídia e Violência – como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2004
- Zaluar, Alba, <http://www.comciencia.br/entrevistas/albazaluar.htm>